



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

**BELO HORIZONTE/MG
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013), da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133/2013).

**BELO HORIZONTE/MG
MARÇO/2014**

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES	6
SEÇÃO I – CONJUNTO DE INFORMAÇÕES QUE IDENTIFICAM AS UNIDADES COMPREENDIDAS PELO RELATÓRIO	8
1 - ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	8
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	8
1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	9
1.3 – Organograma funcional	10
1.4 – Macroprocessos finalísticos - Competências e atribuições das áreas finalísticas e os principais produtos e serviços	11
1.5 – Macroprocessos de apoio - Competências e atribuições das áreas de apoio e os principais produtos e serviços	15
1.6 – Principais parceiros	16
SEÇÃO II - INTRODUÇÃO	20
SEÇÃO III - DESENVOLVIMENTO	22
PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	22
2 - ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	22
2.1 - Planejamento da unidade	22
2.2 – Informações sobre outros resultados da gestão	34
ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	41
3 - ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	41
3.1 – Estrutura de Governança	41
3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	42
3.3 – Sistema de Correição	44
3.4 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	45
3.5 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	46
TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	47
4 - ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	47
4.1 – Execução das despesas	47
4.1.1 – Movimentação de Créditos Interna e Externa	47
4.1.2 – Realização da Despesa	48
4.1.2.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	48
4.1.2.2 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	49
4.1.2.3 - Análise crítica da realização da despesa	51
4.2 – Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	51
4.2.1 - Análise Crítica	52
4.3 – Suprimento de Fundos	52
4.3.1 – Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	52
4.3.2 – Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	53
4.3.3 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	53
4.3.4 – Análise Crítica	54

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	55
5 - ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	55
5.1 – Estrutura de pessoal da unidade	55
5.1.1 – Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	55
5.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	55
5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho	56
5.1.2.1 – Estrutura de Cargos e de Funções	56
5.1.2.2 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	57
5.1.3 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	58
5.1.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	61
5.1.4.1 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	61
5.1.4.2 - Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	61
5.1.5 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	62
5.1.6 – Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	62
5.1.7 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	62
5.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	62
5.2.1 – Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	62
5.2.2 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	63
5.2.3 – Análise Crítica	63
5.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários	64
GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	65
6 - ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	65
6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	65
6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário	67
6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	67
6.2.2 – Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional	68
6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	69
GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	70
7 - ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	70
7.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	70
7.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	72
CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	74
8 - ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	74
8.1 – Tratamento de Recomendações do OCI	74
8.1.1 – Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	74
8.2 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	76
8.2.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	75
8.2.2 – Situação do Cumprimento das Obrigações	75
8.3 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	76
8.4 – Alimentação SIASG e SICONV	76

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	77
9 - ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	77
9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.	77
9.2 - Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.	77
9.3 - Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.	77
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	78
10 - ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	78
10.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	78
10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	79
10.2.1 - Declaração com Ressalva	79
SEÇÃO IV	81
OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	81
11 - ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013	81
11.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	81
ANEXO	84
PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS	84

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGPRE - Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes
CGE – Coordenação de Segurança dos Grandes Eventos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPD - Comissão Permanente de Disciplina
CODEPE – Comitê Decisor de Projetos Estratégicos
COF - Coordenação de Orçamentos e Finanças
COR/SR/DPF/MG – Corregedoria Regional de Polícia Federal em Minas Gerais
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CPLAM/DLOG - Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DICOR – Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DIREX – Diretoria Executiva
DITEC – Diretoria Técnico-Científica
DPF – Departamento de Polícia Federal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DN – Decisão Normativa
EGPS/SR/DPF/MG - Escritório de Gestão de Projetos Setorial
EGPROS/UIGE/SR/DPF/MG - Escritório de Gestão de Processos Setorial
EPESS/UIGE/SR/DPF/MG - Escritório de Planejamento Estratégico Setorial
IPL – Inquérito Policial
GAB/SR – Gabinete da Superintendência
GID – Grupo de Identificação
GISE – Grupo de Investigações Sensíveis
GTED – Grupo Técnico de Edificações
LOA – Lei Orçamentária Anual
OCI – Órgão de Controle Interno
PPA – Plano Plurianual
PROMASP - Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SR/DPF/MG - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SETEC - Setor Técnico-Científico
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SISCART – Sistema de Controle de Atividades Cartorárias
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TCU – Tribunal de Contas da União
UCI – Unidade de Controle Interno
UIGE – Unidade Integrada de Gestão Estratégica
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UTEC – Unidade Técnico-Científica

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1.1)	8
Quadro 2 – Organograma Funcional da SR/DPF/MG	11
Quadro 3 – Macroprocessos da Superintendência Regional	12
Quadro 4 – Macroprocessos do Núcleo de Inteligência Policial	12
Quadro 5 – Macroprocessos da Corregedoria Regional	13
Quadro 6 – Macroprocessos da Delegacia Regional Executiva	13
Quadro 7 – Macroprocessos da Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado	14
Quadro 8 – Macroprocessos do Setor Técnico-Científico	15
Quadro 9 – Macroprocessos do Setor de Recursos Humanos	15
Quadro 10 – Macroprocessos do Setor de Tecnologia da Informação	15
Quadro 11 – Macroprocessos do Serviço de Administração e Logística Policial	16
Quadro 12 - Dados das atividades de polícia judiciária da UJ	34
Quadro 13 - Dados das atividades administrativas da UJ	35
Quadro 14 – Variáveis utilizadas na construção do IPO agrupadas em grupos temáticos	35
Quadro 15 – Pesos atribuídos às variáveis no cálculo do IPO	36
Quadro 16 – Índice de Produtividade Operacional – IPO desta UJ	37
Quadro 17 - Inquéritos Policiais relatados(concluídos)/instaurados no ano de 2013	38
Quadro 18 – Quantitativo de Laudos Periciais Criminais emitidos	39
Quadro 19 – Dados estatísticos consolidados de produção da Papiloscopia da UJ	40
Quadro 20 – Quantitativo de solicitações de emissão de passaportes	40
Quadro 21 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (Quadro A.3.2)	42
Quadro 22 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa (Quadro A.4.1.2.1)	47
Quadro 23 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.5)	48
Quadro 24 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.6)	49
Quadro 25 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (Quadro A.4.3)	51
Quadro 26 – Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (Série Histórica) (Quadro A.4.5.1)	52
Quadro 27 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador (Quadro A.4.5.3)	53
Quadro 28 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (Quadro A.4.5.4)	53
Quadro 29 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Quadro A.5.1.1.2)	55
Quadro 30 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) (Quadro A.5.1.2.1)	56
Quadro 31 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.2.3)	57
Quadro 32 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Quadro A.5.1.3)	58
Quadro 33 – Relação de contas contábeis e respectivas rubricas de pagamentos utilizadas para a composição do Quadro 32	59
Quadro 34 - Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31 de dezembro (Quadro A.5.1.4.1)	61
Quadro 35 – Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.4.2)	61

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Quadro 36 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.5.2.3)	62
Quadro 37 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (Quadro A.5.2.4)	63
Quadro 38 - Composição do quadro de estagiários (Quadro A.5.2.6)	64
Quadro 39 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união (Quadro A.6.2.1)	67
Quadro 40 – Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional (Quadro A.6.2.2)	68
Quadro 41 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (Quadro A.6.3)	69
Quadro 42 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis (Quadro A.8.1)	70
Quadro 43 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (Quadro A.8.2)	72
Quadro 44 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Quadro A.9.2.1)	74
Quadro 45 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.9.4.1)	75
Quadro 46 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013 (Quadro A.9.5)	76
Quadro 47 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV (Quadro A.9.6)	76
Quadro 48 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada (Quadro A.11.2.2)	80

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

SEÇÃO I

1 - ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais (SR/DPF/MG) está estruturada em oito (8) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Belo Horizonte - constituída por núcleos, setores e delegacias especializadas -, e pelas seguintes sete (7) delegacias descentralizadas no interior do Estado: Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1.1)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 00316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Minas Gerais			
Código SIORG: 01145	Código LOA: Não se aplica à natureza jurídica da UJ		Código SIAFI: 200350
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0029-37	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(31) 3330-5200	(31) 3330-5201	(31) 3330-5223
Endereço eletrônico: gab.srmg@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/minas-gerais			
Endereço Postal: Rua Nascimento Gurgel, nº 30, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.441-170			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/MG:			
- Port. 078 de 12/03/65 – Cria a Sub Delegacia Regional			
- Decreto Lei 908, de 01.10.69 – Transforma em Delegacia Regional			
- Decreto 70.665/72, de 02.06.1972 – Transforma em Superintendência Regional			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes - alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; - alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.			
- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.			

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srmg), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.	
Unidade Gestora e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200350	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais (Tesouro)
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200350	00001

1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei nº 6.378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve:

[..] apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964) e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF em Minas Gerais exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição. A finalidade e as atribuições da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais são aquelas previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

De acordo com o artigo nº 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal – aprovado pela Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições:

- I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;
- II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;
- V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;
- VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e
- VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

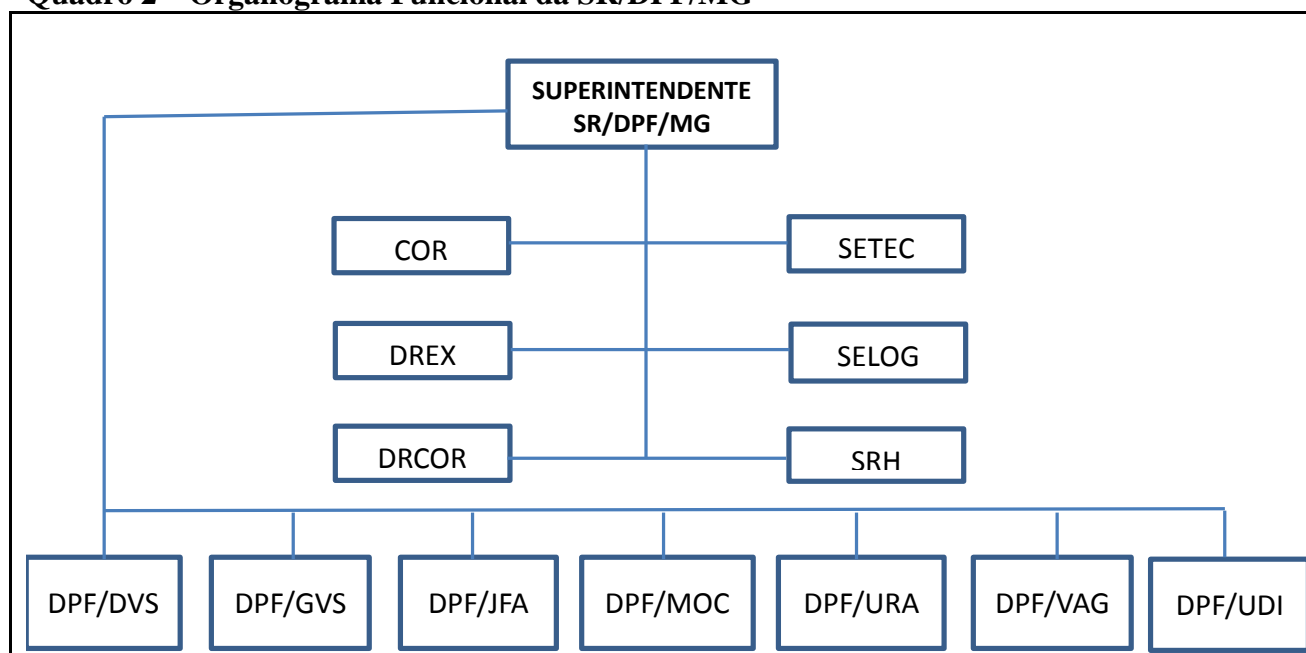
O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

O artigo 42 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Delegacias de Polícia Federal subordinam-se administrativamente às Superintendências Regionais das unidades da Federação de suas respectivas circunscrições e vinculam-se técnica e normativamente às unidades centrais.

1.3 – Organograma funcional

A estrutura da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais está definida no Anexo XIV da Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011, que aprovou o Regimento Interno do DPF e pode ser demonstrada pelo organograma a seguir (com detalhamento somente até as unidades ligadas diretamente ao Gabinete - Superintendente Regional):

Quadro 2 – Organograma Funcional da SR/DPF/MG



A estrutura da Superintendência Regional é composta por dez (10) delegacias especializadas, sete (7) delegacias descentralizadas no interior do Estado, por setores e núcleos.

As competências e atribuições das delegacias, setores e núcleos que compõem a SR/DPF/MG são apresentadas sucintamente a seguir.

1.4 – Macroprocessos finalísticos - Competências e atribuições das áreas finalísticas e os principais produtos e serviços

O Departamento de Polícia Federal, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que o somatório dos processos desencadeados se alinhe, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão.

Vale destacar que se encontra em andamento nesta UJ um projeto com vistas a promover a capacitação de equipe envolvida em Gestão de Processos, que inclui a identificação, a modelagem, a otimização e a automatização de determinados processos. Esse projeto é apresentado de forma mais detalhada no item 2.1.2.1.3 deste relatório.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013 e consistem nos seguintes:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS

Competência/Atribuição: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Quadro 3 – Macroprocessos da Superintendência Regional

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS ¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 4 – Macroprocessos do Núcleo de Inteligência Policial

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.

CORREGEDORIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL - COR

Competência/Atribuição: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados

¹ Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 5 – Macroprocessos da Corregedoria Regional

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.

DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 6 – Macroprocessos da Delegacia Regional Executiva

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.

DELEGACIA REGIONAL DE REPRESSÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 7 – Macroprocessos da Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 8 – Macroprocessos do Setor Técnico-Científico

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.5 – Macroprocessos de apoio - Competências e atribuições das áreas de apoio e os principais produtos e serviços

SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 9 – Macroprocessos do Setor de Recursos Humanos

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 10 – Macroprocessos do Setor de Tecnologia da Informação

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Quadro 11 – Macroprocessos do Serviço de Administração e Logística Policial

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos, serviços e informações para a execução de todas as atividades da Instituição. Administra os recursos, como os materiais, com o gerenciamento desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações, bem como os contratos de prestação de serviços, gerenciando desde a Licitação, passando pela Contratação, Fiscalização até o Encerramento.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

1.6 – Principais parceiros

Com vistas a cumprir a sua finalidade e suas atribuições, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais celebrou parcerias com outras instituições para a execução de determinadas atividades finalísticas.

De forma geral, essas parcerias tiveram como objetivo viabilizar ou aprimorar determinados processos na execução de atividades policiais (polícia judiciária) e de prestação de serviços aos cidadãos (polícia administrativa).

Nesta seção do Relatório, são apresentadas de forma sucinta as parcerias utilizadas durante o exercício 2013, identificando as entidades, os objetos, as finalidades e outras informações consideradas importantes.

1.6.1 - Estado de Minas Gerais

1.6.1.1 – Unidade de Atendimento Integrado – UAI

Em janeiro de 2010, foi celebrado o Convênio nº 001/2010 entre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo objeto é a utilização de recursos humanos, físicos, computacionais e do espaço físico da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Praça Sete (cedidos pelo Governo do Estado), para a prestação de serviços de solicitação e entrega de passaportes, daqueles relacionados ao Sistema Nacional de Armas – SINARM e, ainda, de emissão de certidão de antecedentes criminais de competência do Departamento de Polícia Federal.

Este acordo teve como finalidade criar mais um posto de atendimento aos cidadãos, visando à ampliação e melhoria na qualidade da prestação de serviços de competência da Polícia Federal, priorizando o atendimento ao cidadão. O acordo não prevê o repasse de recursos financeiros entre as partes.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Tendo em vista o êxito dessa parceria, em 20 de março de 2013, foi celebrado novo acordo com o Governo do Estado – Convênio de Cooperação nº 30/2013 -, nos mesmos moldes do acordo anterior, ampliando a oferta dos serviços para as Unidades de Atendimento Integrado – UAI localizadas nas cidades de Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia e Varginha.

Em algumas UAI serão ofertados, além dos serviços supracitados, os serviços de atendimentos referentes à Fiscalização de Segurança Privada e Controle de Produtos Químicos.

1.6.1.2 – Cessão gratuita de uso de imóvel

Em 11 de setembro de 2009, foi celebrado o Termo de Cessão Gratuita de Uso de Imóvel nº 1190.1.00.70/2009 (SEPLAG)/1910001516 (SEF/MG) entre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo objeto é a cessão gratuita de imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais, situado na Av. Prudente de Moraes, 601, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG.

Algumas delegacias especializadas foram instaladas no imóvel cedido, melhorando a utilização do espaço físico no edifício-sede da Superintendência, bem como melhorando a execução das atividades inerentes à atuação da Polícia Federal, em especial, com a instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR no imóvel cedido.

1.6.1.3 – Sala de Situação e Gerenciamento de Crises e Grandes Eventos

Em 27 de março de 2013, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais, sem a previsão de repasse e ou transferência de recursos.

O objeto de referido Acordo é a conjugação de esforços para o compartilhamento, em sala situada na Cidade Administrativa Tancredo Neves, denominada Sala de Situação e Gerenciamento de Crises e Grandes Eventos, de dados, imagens e informações de propriedade de cada órgão participante e responsável pela segurança pública e defesa social durante a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo da FIFA Brasil de 2014.

1.6.1.4 – FICCO – Força Integrada de Combate ao Crime Organizado

Em 22 de agosto de 2013, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais, sem a previsão de repasse e ou transferência de recursos.

O objeto de referido Acordo é estabelecer cooperação técnica e operacional entre os partícipes (Polícia Federal, Polícia Militar/MG, Polícia Civil/MG, Corpo de Bombeiros Militar e Secretária de Estado de Defesa Social), com vistas à criação da Força Tarefa/MG, doravante denominada FICCO – Força Integrada de Combate ao Crime Organizado.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

1.6.2 – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

1.6.2.1 – Cessão de área no Aeroporto da Pampulha

Em 30 de março de 2012, foi celebrado o Termo de Convênio de Cessão de Uso de Área nº 06.2012.005.0001 entre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cujo objeto é a cessão de uso de área aeroportuária de propriedade da União e que se encontra sob a jurisdição e posse da INFRAERO, situada no Aeroporto Belo Horizonte – Pampulha/MG – Carlos Drummond de Andrade.

Este acordo teve como finalidade permitir que a Polícia Federal exercesse suas atribuições, destacadamente, aquelas relacionadas ao controle imigratório e de segurança aeroportuária.

O acordo prevê o ressarcimento mensal por parte da Polícia Federal das despesas com água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, limpeza, manutenção de equipamentos, coleta e incineração de lixo, seguros contratados contra incêndio e outras correlatas relacionadas à área cedida.

1.6.2.2 – Cessão de área no Aeroporto de Confins

Em 2 de janeiro de 2005, foi celebrado o Termo de Convênio de Cessão de Uso de Área nº 06.2005.058-0001 entre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cujo objeto é a cessão de uso de área aeroportuária de propriedade da União e que se encontra sob a jurisdição e posse da INFRAERO, situada no Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins.

Este acordo teve como finalidade permitir que a Polícia Federal exercesse suas atribuições, destacadamente, aquelas relacionadas ao controle imigratório e de segurança aeroportuária.

O acordo prevê o ressarcimento mensal por parte da Polícia Federal das despesas com água, energia elétrica e facilidades relacionadas à área cedida.

1.6.2.3 – Concessão de uso de máquinas de Raio-X

Em 23 de agosto de 2010, foi celebrado Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel entre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

De acordo com esse Termo, o Departamento de Polícia Federal cede, gratuitamente, à INFRAERO o direito de uso de duas máquinas de Raio-X e de dois Pórticos Detectores de Metais de propriedade da cedente.

1.6.3 – Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Em 28 de março de 2011, foi celebrado o Termo de Cessão de Uso nº 001/2011 entre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, cujo objeto é a cessão de uso de área (uma sala) à OAB nos prédios da Superintendência Regional e das Delegacias da Polícia Federal nas cidades de Divinópolis, Governador Valadares, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

A cessão teve como finalidade viabilizar a utilização de área específica em dependências da Polícia Federal para instalação de salas de atendimento aos advogados por parte da OAB/MG.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

O acordo prevê o ressarcimento mensal por parte da OAB das despesas com telefone, internet e energia elétrica.

1.6.4 – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG

Em 1º de setembro de 2009, foi celebrado Termo de Convênio entre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, cujo objeto é permissão de acesso pela SR/DPF/MG da base de dados do Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, organizado, mantido e atualizado pela JUCEMG.

O acordo teve como finalidade agilizar a obtenção de informações cadastrais, inclusive com a disponibilização de imagens, de atos constitutivos, modificativos e extintos dos empresários e das sociedades empresárias, arquivados na JUCEMG, informações essas necessárias na execução das atividades relacionadas às investigações policiais. O acordo não prevê repasse de recursos financeiros entre as partes.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2013 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais (SR/DPF/MG), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a Portaria TCU nº 175/2013 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133/2013).

O conteúdo deste Relatório está estruturado de forma sequencial, apresentando as informações referentes às unidades que compõem a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais, de acordo com os itens relacionados na Portaria TCU nº 175/2013, os quais foram renumerados de acordo com os tópicos aplicáveis a esta UJ.

Em linhas gerais, as ações realizadas na gestão operacional desta Superintendência Regional, no exercício de 2013, além das que são de atribuição constitucional própria, ou seja, o combate à criminalidade, em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, com diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, pautou-se, com destaque, na firme atuação na repressão ao desvio de recursos.

Esta vertente operacional está intrinsecamente vinculada à localização geográfica do Estado de Minas Gerais, com a maior malha rodoviária do país, o terceiro estado do ponto de vista econômico que faz divisa com os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro que, de uma forma geral, impactam no crescimento das desigualdades sociais, verificadas com maior incidência ao norte/nordeste do Estado, onde parte do seu território pertence a área de atuação da SUDENE (<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/Semi-arido-MG.pdf>).

Há, também, uma atenção especial, com o tráfico ilícito de entorpecentes, mercadorias contrabandeadas, além do crime de exploração sexual infantil. Neste diapasão de combate, a essa nociva modalidade de crime, ou seja, tráfico ilícito de entorpecentes, esta Superintendência Regional, amoldando-se as diretrizes da DICOR, reinaugurou a base GISE na região da Pampulha em Belo Horizonte denominada RAPOSA e uma similar em Uberlândia, denominada Base JÚLIO BORTOLATO, elevando-se o número de apreensões neste Estado, colocando-o num patamar de destaque no cenário nacional.

Não há que se olvidar que o estado de Minas Gerais, com os seus 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios, que recebem repasses de verbas da União e do próprio Estado, tem suma importância estratégica e relevância operacional para a Polícia Federal, merecendo dos gestores locais e centrais um olhar dedicado à repressão de diversos ilícitos, em especial, os que solapam as verbas dos entes federativos; os que atentam e/ou devastam as inúmeras cidades históricas, algumas tombadas pelo Patrimônio Histórico da União como, por exemplo, Diamantina e Ouro Preto, com vasto acervo de obras sacras, móveis, utensílios e documentos de grande valor histórico e cultural; os que agridem o patrimônio aquífero e de águas superficiais de considerável quantidade de nascentes que é cortado por vários rios e ainda mantém muitas áreas de preservação ambiental, com esforços, também, no combate aos crimes contra ao meio ambiente.

A gestão administrativa baseou-se, sempre, na busca do equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro, aliando-se a dotação orçamentária a consecução da missão operacional e custeio da unidade, com olhar nas melhores práticas, eficácia, transparência e eficiência.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Assim, no exercício 2013, foram realizadas várias ações, com destaques das seguintes: firmado convênio com o Estado de Minas Gerais, na ampliação dos postos UAI (Vide item 1.6.1.1); realização de importantes etapas para a quase conclusão do processo de regularização dos bens móveis e imóveis desta unidade; reunião periódica para Copa das Confederações; visita as unidades desta regional: Uberlândia, Uberaba, Divinópolis, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Varginha; implantação da integração das unidades de Uberlândia e Uberaba, a partir da posse dos novos chefes, que firmaram o compromisso de atuarem em parceria operacional; acordo firmado com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para finalizar o projeto executivo da construção da nova sede da Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora; workshop com todas as chefias; Planejamento Participativo (Vide item 2.1.2.1.1); firmado acordo de cooperação com o Estado de Minas Gerais, com a implantação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado – FICCO (Vide item 1.6.1.4); continuidade do projeto Carbono Neutro; incorporação do prédio da antiga faculdade de odontologia da UFMG, onde será a sede do SETEC e GID, como também, abrigará o Museu de Ciências Forenses da SR/DPF/MG (Vide item 2.1.2.2).

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2013, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Cumprindo o que foi planejado e reportado no Relatório de Gestão do exercício de 2012, houve o fortalecimento das ações instituídas pela Unidade de Controle Interno da Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais – UCI/SR/DPF/MG. Este fortalecimento assevera o compromisso da Administração da UJ com o incremento dos sistemas e ambiente de controles internos.

Os planos e projetos para o exercício de 2014 perpassam por continuar a adotar medidas de fortalecimento dos controles internos, visando a racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, de forma a assegurar mais equipamentos e pessoal, provendo condições de trabalho mais adequadas para o cumprimento das suas missões, além de construir sedes próprias, em localidades onde há delegacias locadas ou com imóveis arcados por outro ente federativo (Divinópolis/Montes Claros/Varginha).

Determinadas informações requeridas pela Portaria TCU nº 175/2013 não constam deste Relatório por não serem aplicáveis a esta UJ ou ao DPF, por serem informadas apenas no Relatório de Gestão do órgão central do DPF ou por serem consideradas sigilosas.

Nos casos em que apenas parte do conteúdo de um item não é preenchida, a justificativa está apresentada na introdução do capítulo correspondente. Já quando um item da Portaria TCU nº 175/2013 não é declarado integralmente, as razões são apresentadas nesta Introdução.

O item 7 da Portaria TCU nº 175/2013 será apresentado pelo órgão central e, conseqüentemente, o Quadro A.7.1 será preenchido pela CGTI, na condição de órgão central da área de TI e responsável pela condução das políticas corporativas para a área. As perguntas apresentadas no quadro A.7.1 dizem respeito às Políticas de Governança institucionais e ao Planejamento Estratégico de TI, questões inerentemente ligadas à gestão central do Departamento. Tais diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações. Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas (superintendências), assumem caráter tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2 - ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

Considerando que esta Unidade Jurisdicionada não foi citada explicitamente no PPA como responsável por executar programas temáticos, não se aplicam as informações sobre Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados (item 2.2 da Portaria do TCU nº 175/2013). Assim, não foram preenchidos os quadros A.2.2.1 e A.2.2.2. Adicionalmente, esta UJ não foi responsável por executar ações referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS e Orçamento de Investimentos, consequentemente, não foram preenchidos os quadros A.2.2.3.1, A.2.2.3.2, A.2.2.3.3 e A.2.2.3.4.

2.1 - Planejamento da unidade

2.1.1 – Planejamento Estratégico da Polícia Federal

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:
 - I - Histórico;
 - II - Negócio;
 - III - Missão;
 - IV - Visão;
 - V - Valores;
 - VI - Fatores Críticos de Sucesso;
 - VII - Políticas Corporativas;
 - VIII - Macro Objetivos;
 - IX - Objetivos Institucionais; e
 - X - Ações Estratégicas.
- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:
 - I - Objetivos Institucionais; e
 - II - Ações Estratégicas.
- Mapa Estratégico, composto de:

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

- I - Missão;
- II - Visão;
- III - Perspectivas;
- IV - Macro Objetivos;
- V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
- VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

- a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica
Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
- b) Valorizar o Servidor
Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- c) Reduzir a Criminalidade
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- d) Promover a Cidadania
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- e) Incrementar os Acordos e Parcerias
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.
- f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.1.2 – Ações de planejamento da UJ em 2013

A Superintendência Regional do DPF em MG atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta UJ busca ações coordenadas. As delegacias descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Belo Horizonte e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/MG opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

No tocante a planejamento, destaca-se a realização em 2013 do Planejamento Participativo nesta UJ, ação pioneira na Polícia Federal, que está detalhada no item 2.1.2.1.1 deste relatório.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões - serviços esses que passaram a ser oferecidos também nas Unidades de Atendimento Integrado (UAI) em parceria com o Governo do Estado, já detalhado neste Relatório no item 1.6.1.1 -, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos e no atendimento a estrangeiros.

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, como Argentina e Uruguai e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras. A SR/DPF/MG constantemente participa de tais ações, através da cessão de policiais, conforme cronograma enviado pelas unidades centrais.

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e com interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal (Vide item 1.6). Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.1.2.1 – Criação da Unidade Integrada de Gestão Estratégica (UIGE) da SR/DPF/MG

A Unidade Integrada de Gestão Estratégica da SR/DPF/MG foi criada, ainda como Escritório de Projetos, por meio da Portaria nº 169/2011-GAB/SR/DPF/MG a qual implementou o EGPS/SR/DPF/MG, diretamente subordinado ao Superintendente Regional de Minas Gerais. Atualmente, a UIGE é composta por dois Peritos Criminais Federais.

Afim de melhor cumprir seu objetivo de desenvolver a gestão estratégica no âmbito da SR/DPF/MG, atividade esta que envolve o planejamento estratégico da instituição, a prospecção de cenários, a gestão de processos, a gestão de projetos e a avaliação institucional, a UIGE é composta por três escritórios: EGPS/SR/DPF/MG (Escritório de Gestão de Projetos Setorial), EGPROS/UIGE/SR/DPF/MG (Escritório de Gestão de Processos Setorial) e o EPESS/UIGE/SR/DPF/MG (Escritório de Planejamento Estratégico Setorial).

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Conforme Portaria nº 082/2013-GAB/SR/DPF/MG, são atribuições da UIGE/SR/DPF/MG:

- I – acompanhar o planejamento estratégico;
- II – acompanhar o portfólio de projetos e processos;
- III – prestar consultoria de gestão estratégica à Superintendência Regional, aos gerentes de projetos, processos e servidores;
- IV – manter atualizadas nos sistemas de gestão de projetos, processos e indicadores de desempenho as informações relativas a estes temas;
- V – gerenciar a comunicação entre as partes interessadas e equipes dos projetos e processos;
- VI – elaborar relatórios gerenciais periódicos ou quando solicitado;
- VII – propor estudos e projetos acerca de sua área de atuação,
- VIII – realizar ações de capacitação voltadas ao planejamento estratégico, gestão de projetos e processos, indicadores de desempenho e gestão estratégica, seguindo as normas da Academia Nacional de Polícia no que couber;
- IX – reportar, periodicamente ou quando solicitado, informações dos projetos e processos para a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/DPF.

A UIGE desenvolveu atividades no primeiro semestre de 2013 notadamente voltadas a gestão de grandes eventos dentro da Metodologia de Gestão de Projetos do DPF. Neste período, foram implementados 18 (dezoito) projetos referentes às dezessete áreas de atuação da Polícia Federal em Grandes Eventos e ainda à gestão do programa Copa das Confederações.

Além dos projetos relacionados aos grandes eventos, a UIGE promoveu a criação de outros três projetos:

2.1.2.1.1 - Elaboração do Portfólio de Projetos da SR/DPF/MG para o ano de 2014 – Planejamento Participativo

Principal projeto elaborado e executado inteiramente pela equipe da UIGE. Nasceu a partir da necessidade de se implantar um método sistemático de planejamento estratégico no âmbito da SR/DPF/MG. Seu principal objetivo foi criar uma cultura inovadora de Planejamento Participativo entre os servidores da SR/DPF/MG, envolvendo obviamente os objetivos institucionais, com a finalidade de estabelecer um processo de tomada de decisões e de comunicação sobre os objetivos a serem atingidos no ano de 2014, visando a transformar uma dada realidade, de uma forma relativamente controlada. O escopo do projeto envolveu, principalmente:

- Desenvolvimento de sistema informatizado para captação, avaliação e seleção das ideias propostas pelos servidores;
- Ambiente físico nas dependências desta UJ para estimular os servidores a desenvolver, formatar e criar ideias e alternativas aos problemas (“Pensódromo”). Funcionou também como local de trabalho do Comitê Decisor de Projetos Estratégicos - CODEPE;
- Realização de Workshop de Planejamento envolvendo todos os chefes da SR/DPF/MG, incluindo descentralizadas, para expor as linhas gerais do projeto de planejamento participativo além de promover instruções sobre planejamento estratégico;
- Criação de um comitê para seleção de ideias (CODEPE);
- Treinamento e harmonização dos critérios de avaliação das ideias;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

- Divulgação sobre o funcionamento do planejamento participativo junto aos servidores utilizando-se dos meios de comunicação da organização (reuniões, intranet, portal corporativo, mural, e-mail institucional, folder);
- Realização de um raio X de todos os setores e delegacias por meio da ferramenta SWOT, identificando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de cada setor;
- Avaliação das ideias apresentadas, levando-se em consideração critérios de originalidade, relevância, mérito e factibilidade;
- Reconhecimento aos servidores que tiveram ideias escolhidas;
- Criação de uma Galeria de Servidores em recompensa às ideias desenvolvidas;
- Portfólio de projetos a ser implantado pela SR/DPF/MG no ano de 2014.

Atualmente este projeto se encontra em fase final de execução, faltando cerca de 20% das ideias submetidas a serem avaliadas pelo CODEPE. O projeto se encontra em atraso, uma vez que a previsão de conclusão inicial era de novembro/2013. No entanto, as principais entregas foram concluídas a tempo.

Até o encerramento da etapa de captação das ideias foram submetidas 227 sugestões de projetos a serem avaliados e aqueles aprovados poderão ser executados em 2014 conforme priorização dada pelo próprio CODEPE. O total de servidores que participaram, seja com ideias, comentários ou votos, foi de 184. Foram computados 1.064 comentários e 2.760 votos em ideias. O projeto envolveu toda a equipe da UIGE em tempo integral durante sua execução e planejamento. A equipe chegou a receber convites de outras superintendências regionais para assessorar a implantação de projeto semelhante em seus estados, como por exemplo, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Apesar de ainda não estar concluído, o projeto alcançou plenamente seus objetivos. A etapa seguinte será a execução das ideias.

2.1.2.1.2 - *Drone* Ambiental: Fotogrametria aérea aplicada à perícia de crimes ambientais

O projeto, planejado e executado no ano de 2013 e início de 2014, teve como objetivo o desenvolvimento de ferramenta de fotogrametria aérea em aeronave não tripulada de curto alcance para aplicação em perícias relacionadas a crimes ambientais. Dessa forma, buscava-se incrementar tecnologicamente as perícias de crimes ambientais por meio de fotogrametria aérea, visando ao aumento na qualidade dos laudos periciais, redução de custos operacionais e tempo de atendimento, além da diminuição de riscos de acidentes pessoais em perícia de campo.

O projeto foi concluído em janeiro de 2014, alcançando seu objetivo com o desenvolvimento de modelo funcional de *drone*, atendendo à demanda da perícia de meio ambiente a um custo financeiro irrisório para o DPF.

2.1.2.1.3 - Capacitação básica em gestão de processos

O objeto do projeto é constituído de uma série de ações com vistas a promover a capacitação da equipe envolvida nos aspectos básicos da Gestão de Processos, o que inclui a identificação, a modelagem, a otimização e a automatização dos mesmos. Nesse sentido, o projeto abrangeu visitas ao Escritório de Gestão de Processos do DPF, identificação e visitas a instituições de ensino que lidam com o tema, identificação e visitas a empresas que adotam tal tipo de gestão, participação em congressos associados e identificação dos principais sistemas e ferramentas computacionais relacionados à área.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

A principal entrega do projeto foi a proposição de um segundo projeto, já iniciado em janeiro de 2014, destinado à implementação da primeira fase de Gestão de Processos na SR/DPF/MG. Tal implementação dar-se-á na forma de um projeto-piloto no SETEC voltado ao tema Gestão de Viaturas.

2.1.2.2 – Incorporação do prédio da antiga Faculdade de Odontologia da UFMG, futura sede do SETEC e GID e que abrigará o Museu de Ciências Forenses da SR/DPF/MG

Ainda no segundo semestre de 2013, foi concebido e iniciado, com participação da equipe da UIGE, projeto de reforma do edifício antigamente ocupado pela Faculdade de Odontologia da UFMG, no bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, o qual foi destinado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) à Superintendência de Polícia Federal de Minas Gerais com o propósito específico de instalação do Museu Nacional de Ciências Forenses da Polícia Federal e do Centro Regional de Pesquisas e Difusão de Ciências Forenses. A reforma completa foi inicialmente estimada em cerca de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

A Polícia Federal pretende deixar um legado para as futuras gerações ao devolver vida ao imóvel, que se encontra em estado de abandono, estando desocupado há cerca de 10 anos, transformando a edificação em um ícone para a cidade de Belo Horizonte com a criação do Museu Nacional de Ciências Forenses da Polícia Federal, o primeiro do gênero na América Latina, para, entre outros objetivos, implementar um projeto de polícia preventiva de grande impacto social sobre os índices de criminalidade.

A edificação será constituída de um Centro Cultural, que contará com espaço dedicado a exposições com galerias interativas para disseminação do conhecimento forense junto à população (infanto-juvenil, universitária, advogados, juízes e profissionais das áreas correlatas), e de um Centro Regional de Pesquisa e Difusão de Ciências Forenses, uma estrutura física moderna e de vanguarda que auxiliará os Peritos Criminais Federais lotados no Setor Técnico-Científico (SETEC/SR/DPF/MG) e os Papiloscopistas Policiais Federais desta Superintendência, no desenvolvimento e na aplicação de técnicas forenses para a elucidação de crimes pela Polícia Federal no Estado de Minas Gerais.

Por fim, destaca-se o esforço realizado para sistematizar o processo de planejamento da SR/DPF/MG, de forma a traçar um caminho mais direto às metas institucionais. No entanto, foi detectada a necessidade de fortalecer, já no ano de 2014, a cultura de planejamento estratégico dentro da SR/DPF/MG, aproximando as metas dos diversos setores e delegacias àquelas institucionais, avaliando e priorizando conforme diretrizes da administração. Para isso, processos como a elaboração do Plano de Metas Anual devem ser revistos e reformulados, além de desenvolvimento contínuo de indicadores de desempenho para melhor avaliação da administração dos caminhos a serem seguidos. Há também a necessidade de treinamento e capacitação das chefias e servidores em temas como gestão de pessoas, planejamento, gestão de projetos e processos. Para isso, dentre outras ações, é necessária a continuidade do trabalho conjunto entre setores como a UCI, SELOG e UIGE, além da reestruturação de outros como a TD&E (fundamental nos processos de treinamento e capacitação) e Comunicação Social.

2.1.3 – Plano de Metas Anual - PMA

A Instrução Normativa nº 021/2010-DG/DPF, de 21 de janeiro de 2010, regulamentou o Plano de Metas Anual – PMA da Polícia Federal. De acordo com referida IN, cada unidade gestora e ou administrativa é responsável pela elaboração de seu PMA que será consolidado nos níveis

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

setorial (unidade gestora) e encaminhado à Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização – CPLAM/DLOG.

O PMA constitui-se em sistema de planejamento voltado ao estabelecimento dos objetivos e metas do Órgão, definição das unidades responsáveis pela sua execução, dos meios necessários ao seu alcance, hierarquização de prioridades, bem como da estimativa dos custos, do prazo de execução e do controle de resultados

Não foi estabelecido Plano de Metas Anual para as unidades que compõem a SR/DPF/MG para os exercícios de 2012 e 2013. Para o exercício de 2014, as unidades (delegacias, grupos e setores) que compõem a SR/DPF/MG já definiram quais são as metas do ano e o Plano de Metas Anual desta UJ foi consolidado e encaminhado ao órgão central.

2.1.4 – Principais objetivos e estratégias logísticas relacionados à função da logística da UJ

Os principais objetivos e estratégias relacionados à função da logística, extraídos do Plano Estratégico DPF 2010-2022, encontram-se relatados a seguir. Após cada uma das estratégias são pontuadas as ações realizadas no exercício de 2013 em busca do alcance dos objetivos estabelecidos.

2.1.4.1 - Objetivo: Organização dos recursos materiais

Descrição: Organização dos recursos materiais do DPF, adequando-os à sua funcionalidade institucional.

Estratégia: Avaliar o material permanente

Descrição: Com base na estrutura organizacional existente, nas competências atribuídas a cada setor, nos processos atinentes a cada demanda, nas atribuições inerentes a cada função, realizar inventário de bens móveis permanentes existentes em cada unidade do DPF, centralizada e descentralizada, conferindo o inventariado com os registros porventura existentes.

A avaliação do material permanente no âmbito da SR/DPF/MG correspondeu a atividade perene realizada por servidores pertencentes ao quadro do Núcleo Administrativo do Setor de Administração e Logística Policial (NAD/SELOG) e/ou recrutados, de forma a se finalizar a implantação do Sistema Eletrônico de Logística – Módulo Patrimônio – e-LOG.

Desta forma, durante todo o exercício de 2013 foram realizados trabalhos de inventário patrimonial e adequação dos registros no e-LOG nas unidades da capital, bem como nas delegacias descentralizadas do interior. O trabalho não pôde ser concluído em sua totalidade dentro do exercício, atingindo o percentual de cerca de 80%. A sequência deste trabalho encontra-se em andamento em 2014.

No tocante à frota de veículos desta UJ, foi realizada pesquisa para registro das necessidades de veículos para cada perfil (sedan, hatch, caminhonete 4x4, SUV etc.) e por setores, de modo a se balizar o registro das necessidades prioritárias de renovação da frota. Além disso, foi estabelecido parâmetro de quantitativo de veículos em função do efetivo lotado, de forma a se consolidar o horizonte a ser trilhado na adequação do perfil da frota, bem como nas futuras renovações.

Estratégia: Padronizar o material permanente

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Descrição: Estabelecer critérios de padronização do material permanente, quer para fins administrativos, quer para fins operacionais, respeitando a adequabilidade do material à região geográfica onde é ou será empregado.

A padronização de material permanente tem sido conduzida no âmbito do órgão central – Diretoria de Logística (DLOG) e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI). Em âmbito regional, a padronização é intrínseca, visto que todas as aquisições são centralizadas na Superintendência.

As ações realizadas pela UJ, em atuação coordenada com os órgãos centrais, para acompanhamento da padronização definida no âmbito da DLOG e da CGTI são:

- a) o cadastramento das demandas desta UJ nas Intenções de Registro de Preço realizadas pelos órgãos centrais para aquisição dos diversos materiais permanentes padronizados; e
- b) o envio de servidores especialistas nas diversas áreas de conhecimento demandadas para contribuição com os grupos de trabalho formados para padronização de materiais permanentes.

Estratégia: Adquirir e distribuir o material permanente

Descrição: Planejar e adquirir o material permanente necessário, com a finalidade de repor as faltas, substituir inservíveis ou adotar novos tipos, observada a padronização do material e com foco no quadro de pessoal existente e previsto.

Foram realizados, ao longo de 2013, todos os cadastros de Intenção de Registro de Preço, bem como foram efetivadas as compras/contratações dos materiais permanentes demandados pelas unidades, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Os materiais classificados como irrecuperáveis, que ocupavam depósito em imóvel localizado no município de Contagem/MG foram doados à instituição filantrópica, através de regular processo de doação nº 08350.007530/2013-43.

Esclarece-se que o mobiliário requerido não pôde ser adquirido visto que o trabalho de padronização, realizado pela Unidade Central (DLOG) não foi concluído no exercício.

Estratégia: Normatizar a armazenagem e estocagem de material

Descrição: Estabelecer normas de armazenamento e estocagem para todas as classes de material permanente ou de consumo com a finalidade de:

- preservar o material nas melhores condições de uso;
- prover segurança aos usuários desse material;
- garantir proteção ao meio ambiente contra derramamento, vazamento, combustão ou explosão de material tóxico, radioativo, explosivo ou que produza alterações significativas no ecossistema ao redor do local onde se encontra armazenado;
- facilitar seu controle;
- agilizar seu embarque e/ou utilização.

A normatização de procedimentos é competência dos Órgãos Centrais deste Departamento. Tal padronização é realizada por meio da edição e publicação de Instruções Normativas, Instruções Técnicas e Portarias.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Com respeito à adequação da infraestrutura para adequado armazenamento de materiais apreendidos das mais diversas naturezas (equipamentos, substâncias entorpecentes, documentos etc.), em busca da garantia da Cadeia de Custódia dos vestígios, foi concluída no exercício 2013 a reforma dos depósitos do subsolo do edifício sede da Superintendência Regional. Cabe ainda, o aprimoramento destes espaços no tocante a implantação de controle de umidade e segurança eletrônica.

Em desdobramento a licitação realizada pela Diretoria Técnico-Científica, que definiu a solução a ser adotada, foi realizada instalação e colocado em operação um contêiner para armazenamento de explosivos da família Golan. O contêiner foi situado adequadamente em ambiente remoto, externo à edificação, sendo que o mesmo detém as características de segurança adequadas para armazenamento dos materiais dessa natureza.

No exercício de 2013, em torno de 85% das intervenções previstas na obra de reforma do imóvel localizado na Av. Cristiano Machado, 866, Silveira, Belo Horizonte/MG, cuja destinação é para depósito de materiais e arquivo morto da Superintendência. A conclusão total não foi possível em virtude de inexecução parcial, por parte da empresa contratada. A penalização foi devidamente aplicada.

As intervenções já concluídas foram suficientes para ocupação parcial da edificação para armazenamento de materiais e documentos.

Estratégia: Adotar níveis de estoque para as diversas classes de suprimento

Descrição: Realizar estudo, para adoção e manutenção de diferentes níveis de estoque nas unidades descentralizadas, com a finalidade de descentralizar o material e aumentar a operacionalidade dos responsáveis pelas delegacias descentralizadas, considerando, a princípio, os seguintes critérios:

- localização de cada unidade descentralizada no território nacional (distância da base supridora e dificuldade de acesso);
- demanda de material utilizado, mensurado por série histórica de indicador de desempenho (indicador de processo e de resultado);
- pessoal distribuído na unidade e/ou pessoal presente nas operações realizadas na circunscrição da unidade (série histórica);
- presença de organizações ou facções criminosas, organizações não governamentais ou grupos sociais e políticos com posições contestatórias radicais – invasões, tomada de reféns – com presença e atuação no local;
- dificuldade de reposição do item pelo comércio local.

Foram realizados estudos inerentes à determinação de níveis de estoque mínimos para materiais de consumo no âmbito desta UJ. No entanto, restou comprovado que a dinâmica orçamentária, que impõe carências momentâneas de recursos, é fator que tornou complexa a consolidação dos procedimentos.

Sendo assim, novos estudos e levantamentos encontram-se em andamento para a conjugação dos níveis mínimos de estoque de materiais à adoção das práticas do uso do Sistema de Registro de Preços – SRP, de forma a se maximizar o controle dos níveis de estoque.

Estratégia: Executar manutenção planejada

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Descrição: Elaborar plano de manutenção para todo o material, sobretudo os dotados de tecnologia sensível.

Em princípio, todo material desse tipo possui manual técnico, por meio do qual se definem quais as atividades de manutenção devem ser realizadas, prevendo-se prazos, bem como recursos humanos, peças de reposição e ferramentas a serem utilizados.

O planejamento deve permitir quantificar custos e proporcionar maior previsibilidade ao processo de manutenção. Os planejamentos de manutenção devem ser realizados em todos os níveis, obedecendo às diretrizes e às normas específicas dos órgãos competentes e consolidados em planos de manutenção.

Os planos de manutenção das unidades devem enfatizar a manutenção preventiva, direcionando procedimentos segundo recomendações dos fabricantes dos diversos materiais. Para tal, é indispensável a observância das informações técnicas contidas nos manuais de manutenção.

Esses planos devem ser continuamente revisados com base nas inspeções e nos resultados das manutenções. A informação a respeito de ocorrência de falhas deve ser registrada e analisada por meio de um sistema de tratamento de falhas, de tal modo que se torne possível elaborar os padrões desejáveis de manutenção. Uma vez elaborados os padrões de manutenção de uma unidade, é possível dimensionar os recursos de mão-de-obra e de materiais, de modo a atender às necessidades do Plano de Manutenção. Isso permite a melhora do fluxo de recursos, redução de estoque de peças e obtenção de elevados índices de disponibilidade.

Neste diapasão foram realizados estudos, realizadas licitações e firmados contratos de manutenção baseados em Acordos de Nível de Serviço (ANS, do inglês Service Level Agreement - SLA) para as manutenções do elevador do edifício sede da Superintendência Regional e para o serviço de suporte de TI.

Os contratos foram elaborados a partir de estudos técnicos conduzidos pelos engenheiros atuantes no Grupo Técnico de Edificação (GTED/SELOG) e da equipe de TI desta Superintendência. O mesmo tratamento está sendo dado à contratação da manutenção predial (hidráulica, elétrica, civil e ar-condicionado) no âmbito desta UJ. O término da especificação deve ocorrer no exercício de 2014.

Estratégia: Planejar a função logística transporte

Descrição: Levantar as necessidades históricas de transporte, considerando:

- a área geográfica com detalhes de relevo, hidrografia, solo, clima, vegetação, conservação do leito das estradas;
- a capacidade de carga de vias sob análise e de interesse;
- necessidade de baldeação de pessoas, animais e material entre diferentes tipos de transporte (terrestre, aéreo, aquaviário, ferroviário);
- tempo necessário x disponibilidade de tempo para transporte;
- dependência de terminais: aeroportos, portos, terminais rodoviários e ferroviários, campos e locais de pouso.

O transporte pode ser metropolitano, intermunicipal, interestadual e internacional.

O transporte no âmbito desta UJ é realizado através de contrato de passagens aéreas e rodoviárias, bem como é, primordialmente, concebido com o uso intensivo de viaturas policiais.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Esta peculiaridade é inerente à Polícia Federal, visto haver necessidade comum de transporte de presos e/ou materiais cuja legislação de aviação civil restringe o deslocamento por via aérea.

Estratégia: Planejar a administração de bens imóveis

Descrição: Planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades relacionadas com o registro e arquivo da documentação dos imóveis da União sob responsabilidade do DPF.

No exercício de 2013, o SELOG realizou levantamento da situação dos imóveis da União sob a responsabilidade desta UJ. Além disso, foi dimensionada a demanda pela aquisição de novos imóveis, nas localidades onde são utilizados imóveis locados e nos casos de concessão de uso/comodato, cuja posse é precária.

A estratégia pela busca da substituição dos imóveis locados por imóveis da União mostra-se vantajosa, uma vez que a evolução orçamentária desta UJ, observada no último quadriênio, não acompanhou a evolução das despesas de custeio. Assim, a economia com despesas de aluguel proporcionarão melhor aproveitamento do orçamento de custeio.

Neste diapasão a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) foi contatada e as necessidades desta UJ foram expostas e ratificadas através de Ofício.

Ainda no exercício de 2013, foi obtido junto à Secretaria de Patrimônio da União o imóvel situado na Rua Conde de Linhares, 141, Cidade Jardim, Belo Horizonte, para ser adaptado para uso pelo Museu Nacional de Ciências Forenses, o qual abrigará o Setor Técnico-Científico e Grupo de Identificação desta Superintendência Regional de Polícia Federal.

Quanto aos imóveis próprios, diversas adaptações são necessárias para atendimento às normas de acessibilidade, correção de vícios construtivos, adequações de infraestrutura, dentre outros. Entretanto, com a publicação das Portarias nº 267 e 268/2013-MPOG, diversos projetos que se encontravam em andamento restaram estagnados impossibilitando a adequação dos imóveis.

Cumprе salientar que diversas intervenções já foram objeto de apontamento nos relatórios de controle externo do Ministério Público Federal, bem como objeto de autuações das Prefeituras Municipais. Diversas das adequações já possuem projeto executivo, aguardando somente a disponibilidade orçamentária para implementação.

2.1.4.2 - Objetivo: Compatibilização da estrutura organizacional do DPF com os seus processos

Descrição: Compatibilizar a estrutura organizacional do DPF com os seus processos, buscando a excelência, celeridade e efetividade, maximizando os recursos disponíveis, de modo a obter os melhores resultados.

Estratégia: Aperfeiçoar o fluxo de processos administrativos

Descrição: Aperfeiçoar o fluxo de processos administrativos, buscando conferir-lhes maior celeridade.

Foram tomadas em 2013 medidas para capacitação de servidores na Gestão de Processos com o intuito de se avaliar os processos administrativos existentes e propor melhoria. O desfecho do trabalho, com o efetivo mapeamento e melhoria dos processos somente poderá ser concluído em 2014, após priorização dos processos críticos e passíveis de melhoria mais significativas.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Estratégia: Adotar políticas sociais e ambientalistas

Descrição: Contribuir para o bem-estar do ser humano e a preservação do ecossistema, por meio de políticas sócio-ambientais.

As principais ações da Logística voltadas para este objetivo encontram-se descritas no Plano de Logística Sustentável 2013. Não serão traçados maiores detalhamentos neste item, com o objetivo de não incorrer em redundância visto que o documento é parte integrante deste Relatório de Gestão.

2.1.4.3 - Objetivo: Ordenação dos recursos financeiros

Descrição: Ordenação qualitativa e quantitativa dos recursos do DPF ao seu planejamento orçamentário e financeiro.

Estratégia: Levantar as necessidades orçamentário-financeiras das unidades centrais e descentralizadas

Descrição: Levantar as necessidades orçamentário-financeiras das unidades centrais, superintendências regionais e delegacias descentralizadas, enquadrando-as dentro do Plano Plurianual do DPF.

No exercício de 2013, o Plano Plurianual vigente correspondeu ao plano 2011 – 2015 não havendo ações de compatibilização possíveis para este objetivo. Não obstante, conforme se depreende da estratégia, trata-se de ação de competência dos Órgãos Centrais.

Em âmbito regional, foi realizada programação com estimativas de despesas, consideradas as previsões de repactuações de contratos continuados. Tomando-se medidas de economia, de modo a se compatibilizar o orçamento de custeio disponível às despesas necessárias.

Salienta-se, entretanto, que a disponibilidade orçamentária para custeio encontra-se subdimensionada em relação às necessidades desta Superintendência Regional. Em razão disso, alguns serviços que deveriam ser contratados encontram-se com funcionamento precário, como é o caso da manutenção do sistema de telefonia, dos sistemas de ar-condicionado, dentre outros.

Estratégia: Compatibilizar o Planejamento Orçamentário com o Planejamento Estratégico

Descrição: Compatibilizar a dotação orçamentária do DPF com o Plano Estratégico.

No que tange a investimento, a busca pela maximização do atendimento às demandas tendo como balizador a disponibilidade de recursos definidas pelo Órgão Central foi o foco principal de trabalho.

Os investimentos em obras de reforma restaram frustrados com a edição das Portarias nº 267 e 268-MPOG restringindo a reforma de bens imóveis. A licitação da obra de reforma do prédio da DRCOR, situado na Rua Prudente de Moraes, 593 não pôde ser realizada, tendo aguardado aprovação da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento. A referida autorização somente ocorreu em novembro/2013. Não havendo tempo hábil para análise de Consultoria Jurídica e da publicação da concorrência, antes que se findasse o prazo máximo estabelecido para emissão de empenhos no âmbito do executivo federal.

Estratégia: Aprimorar mecanismos de controle de gestão orçamentário-financeira

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Descrição: Aprimorar as capacidades de controle de gastos, aderindo ao programa de Eficiência do Gasto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, o qual fornecerá R\$ 1,00 de investimento a cada R\$ 1,00 de economia no custeio.

Esta UJ tem envidado esforços nas repactuações contratuais para redução dos custos. Em contraste, a economia propiciada pela eficiência do gasto tem sido mascarada pelo contingenciamento que se tem mostrado necessário desde o exercício de 2010.

O uso do Sistema Eletrônico de Logística – e-LOG – Módulo DDO, para emissão e controle das Declarações de Disponibilidade Orçamentária, foi massificado em 2013. Tal utilização propicia melhor controle da distribuição das cotas orçamentárias.

No que tange o orçamento de custeio, excetuadas as diárias policiais, observa-se um acréscimo de apenas 13% no interstício de quatro anos (2010-2014), ao passo que as repactuações de contratos continuados oscilaram em torno de 10% ao ano, o que resultaria num acréscimo de cerca de 45%, não fosse as repactuações realizadas, e a variação do índice geral de preços do mercado (IGPM/FGV), medido no período, esteve na casa dos 30%.

Estratégia: Implantar e padronizar normas relativas à Programação Orçamentária, Financeira e Contábil

Descrição: Padronizar as práticas de gestão relativas às atividades administrativas concernentes com a programação orçamentária, financeira e contábil, em todas as unidades gestoras de recursos do DPF, respeitando as especificidades regionais.

A padronização e edição de normas é competência da Unidade Central. Deste modo, esta UJ tem contribuído com processo de normatização e padronização com o envio de servidores especialistas nas áreas orçamentária, financeira e contábil para composição dos grupos de trabalho formados. Além disso, os servidores participam ativamente das discussões promovendo contribuições sobre entendimentos e padrões de atuação.

2.2 – Informações sobre outros resultados da gestão

2.2.1 – Índice de Produtividade Operacional – IPO

Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/MG, foi apurado e divulgado pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR) do DPF o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. das Superintendências de Polícia Federal dos últimos cinco anos, no Boletim de Serviço nº 233.

O índice de Produtividade Operacional – IPO de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se à complexidade da atividade em relação ao outro grupo. Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo.

Os quadros 12 e 13 a seguir apresentam os dados das atividades de polícia judiciária e administrativa que foram considerados no cálculo do IPO.

Quadro 12 - Dados das atividades de polícia judiciária da UJ

Descrição	2013	2012
Inquéritos policiais relatados	4.769	4.384
Operações policiais	16	20

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Descrição	2013	2012
Prisões e conduções coercitivas	240	91
Mandados de busca e apreensão	297	205
Flagrantes	327	692
Indiciados (*)	4.046	-
Maconha (Kg)	4.462,97	1.297,00
Cocaína (Kg)	2.219,31	151,00
Perícias realizadas	3.121	3.053

Fonte: Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR)

(*) Informação não divulgada para 2012 pela DICOR

Quadro 13 - Dados das atividades administrativas da UJ

Descrição	2013	2012
Inclusão de dados no Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC	15.912	5.749
Passaportes	184.492	170.351
Movimento Aeroporto (passageiros) (*)	11.290.887	11.173.177
Estrangeiros (**)	30.114	-
Número de agências bancárias	2.123	2.220
Número de empresas de vigilância	200	82
Numero de empresas de produtos químicos	1.305	1.305

Fonte: Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR)

(*) Conforme divulgado no site da INFRAERO

(**) Informação não divulgada para 2012 pela DICOR

Os quadros 14 e 15 e informações a seguir apresentam os critérios e variáveis que foram considerados no cálculo do IPO.

Quadro 14 – Variáveis utilizadas na construção do IPO agrupadas em grupos temáticos

Grupo temático/Variável
Atividades operacionais
Inquéritos relatados
Operações especiais de polícia judiciária
Prisão e mandado de condução coercitiva
Mandados de busca e apreensão
Prisão em flagrantes
Indiciamentos realizados
Quantidade de maconha apreendida
Quantidade de cocaína apreendida
Valor de bens apreendidos/sequestrados
Prejuízos evitados para a União
Pericias realizadas
Características Geográficas
Área da unidade da federação

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Quantidade de municípios
Quantidade de zonas eleitorais
Quantidade de unidades de conservação
Extensão de fronteiras
População Indígena
Área de reservas indígenas
Atividades Não Operacionais
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)
Quantidade de passaportes emitidos
Quantidade de passageiros em aeroportos
Quantidade de vitorias em embarcações de cabotagem
Quantidade de vitorias em embarcações de longo curso
Estrangeiros domiciliados na circunscrição
Quantidade de agências bancárias
Quantidade de empresas de vigilantes
Quantidade de empresas de produtos químicos

Fonte: Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR)

Quadro 15 – Pesos atribuídos às variáveis no cálculo do IPO

Grupo temático/Variável	Pesos	
	Grupo	Variável
Atividades operacionais		
Inquéritos relatados	0,7	0.06
Operações especiais de polícia judiciária		0.16
Prisão e conduções coercitivas		0.14
Mandados de busca e apreensão		0.14
Prisão em flagrantes		0.12
Indiciamentos		0.06
Quantidade de maconha		0.03
Quantidade de cocaína		0.03
Valor de bens apreendidos/sequestrados		0.10
Prejuízos evitados para a União		0.10
Perícias realizadas		0.06
Características Geográficas		
Área da unidade da federação	0,1	0.0625
Quantidade de municípios		0.0625
Quantidade de zonas eleitorais		0.0625
Quantidade de unidades de conservação		0.0625
Extensão de fronteiras		0.0625
População Indígena		0.0625
Área de reservas indígenas		0.0625
Atividades Não Operacionais		
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	0,2	0.0625
Quantidade de passaportes emitidos		0.0625
Quantidade de passageiros em aeroportos		0.0626
Quantidade de vitorias em embarcações de cabotagem		0.0625
Quantidade de vitorias em embarcações de longo curso		0.0625
Estrangeiros domiciliados na circunscrição		0.0625
Quantidade de agências bancárias		0.0625

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Grupo temático/Variável	Pesos	
	Grupo	Variável
Quantidade de empresas de vigilantes		0.0625
Quantidade de empresas de produtos químicos		0.0625

Fonte: Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR)

Obs. 1 Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo.

Obs. 2 O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se a complexidade da atividade em relação ao outro grupo.

Obs. 3 No cálculo o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – aplica-se a equação abaixo:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^3 p_g \times \left(\sum_{v=1}^{ng} (p_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

Onde:

1. p_g é o peso do grupo temático g ;
2. p_{vg} é o peso da variável v do grupo temático g ;
3. ng é o número de variáveis no grupo temático g ; e
4. IP_{vg}^g é o valor do índice de produtividade do grupo temático g .

• Detalhes da construção da equação, vide memorando nº 096/2013-DICOR/DPF de 22.03.2012 e memorando circular nº 10/2013-DICOR/DPF de 29.04.2012.

Obs.4 Com escopo de uniformizar a reunião de dados para o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O., considera-se Operação Especial de Polícia Judiciária: “toda operação policial que encerre ou tenha possibilidade de encerrar uma ou mais das seguintes características: aplicação de conhecimentos especializados; aplicação de recursos ou meios técnicos especializados ou controlados; aplicação de recursos financeiros de natureza especial; mobilização de mais de 10 (dez) policiais durante a investigação, deflagração ou análise de material apreendido; ações conjuntas com outros órgãos; apoio logístico de mais de uma unidade da Polícia Federal ou órgão externo da Polícia Federal; ocorrência ou possibilidade de repercussão regional ou nacional em razão da importância dos alvos; magnitude das ações ou potencial lesivo da conduta dos indiciados; ações em mais de uma cidade; duração superior a trinta dias; implicação de quadrilha, bando ou organização criminosa ou necessidade de acompanhamento ou coordenação de parte da Unidade Central” artigo 10 da Portaria nº 709/08-DG/DPF, complementado pelo memorando circular nº 12/2013-DICOR/DPF de 03.06.2013.

Quadro 16 – Índice de Produtividade Operacional – IPO desta UJ

Descrição	2013	2012
Índice de Produtividade Operacional - IPO	2,628	2,469

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

O Índice de Produtividade Operacional da SR/DPF/MG em 2013 apresentou elevação em relação ao ano de 2012, igualando-se ao IPO de 2011 e ficando bem abaixo dos IPOs de 2008 a 2010.

Para 2014, a SR/DPF/MG estabeleceu como meta operacional um IPO que a mantenha em quinta colocação dentre as Superintendências ou melhore ainda mais. A administração da UJ entende que a SR/DPF/MG possui ambiente operacional para permanecer entre os cinco melhores IPO. Para isso, a UJ está envidando esforços no sentido de melhorar o conhecimento da metodologia aplicada ao IPO, encargo que está sob a coordenação da UCI/MG e UIGE/MG.

2.2.2 – Taxa de conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/MG

Unidade de medida: porcentagem

Periodicidade: anual

Fórmula: relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da UJ e o total de inquéritos policiais instaurados

$$\frac{IC}{II} * 100$$

IC - Inquéritos Policiais concluídos em todas as Unidades Operacionais da UJ

II – Total de Inquéritos instaurados em todas as Unidades Operacionais da UJ

Quadro 17 - Inquéritos Policiais relatados(concluídos)/instaurados no ano de 2013

Unidade	Instaurados (A)	Relatados (B)	Taxa de Conclusão (B/A)
SR/DPF/MG	2.201	1.786	81,14%
DPF/DVS/MG	433	361	83,37%
DPF/GVS/MG	882	492	55,78%
DPF/JFA/MG	779	450	57,77%
DPF/MOC/MG	368	333	90,49%
DPF/UDI/MG	746	758	101,61%
DPF/URA/MG	259	225	86,87%
DPF/VAG/MG	588	364	61,90%
TOTAL	6.256	4.769	76,23%

Fonte: SISCART

A utilização de grande quantitativo de servidores na realização da Copa das Confederações foi um importante fator para redução na taxa de conclusão dos inquéritos policiais no âmbito desta Superintendência Regional, bem como em suas descentralizadas, com exceção das delegacias de Uberlândia e Divinópolis/MG. Diante disso, a taxa total de conclusão de inquéritos ficou abaixo do ano de 2012, cujo índice foi de 82,74%.

Vale ressaltar que tal fato não interferiu a instauração dos novos inquéritos que ocorreu em sua maioria no período de 30 dias após o recebimento da *notitia criminis* pela autoridade policial.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

2.2.3 – Atividades de Polícia Judiciária e de Polícia Administrativa

Neste item, são apresentados quadros e análises com dados mais detalhados que aqueles apresentados nos quadros do Índice de Produtividade Operacional – IPO.

2.2.3.1 – Atividades de Polícia Judiciária

2.2.3.1.1 – Estatísticas da Perícia Criminal

Quadro 18 – Quantitativo de Laudos Periciais Criminais emitidos

Área de exame	2013				2012
	SETEC	UTEC/JFA	UTEC/UDI	TOTAL	TOTAL
Perícias Contábeis e Financeiras	130	11	9	150	167
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	66	14	22	102	72
Perícias de Engenharia	31	-	8	39	21
Perícias de Biometria Forense	-	-	-	-	2
Perícias de Informática	365	96	60	521	577
Perícias de Local	47	9	19	75	71
Perícias de Medicina e Odontologia Forense	1	-	-	1	1
Perícias de Meio Ambiente	124	23	97	244	197
Perícias de Química Forense	162	15	14	191	220
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	105	22	19	146	159
Perícias de Veículos	28	16	51	95	81
Perícias Documentoscópicas	882	181	231	1.294	1.232
Perícias Eletroeletrônicas	19	9	5	33	53
Perícias em Bombas e Explosivos	3	-	-	3	-
Perícias Merceológicas	139	51	36	226	199
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	-	1	-	1	1
TOTAL	2.102	448	571	3.121	3.053

Fonte: Sistema de Criminalística

No ano de 2013, além das atividades corriqueiras de realização de exames de perícia criminal e elaboração dos respectivos Laudos, o SETEC empenhou-se em tarefas associadas à Copa das Confederações e a projetos de cunho técnico-científico e administrativo. Na Copa das Confederações, os Peritos Criminais Federais exerceram atividades nas áreas de segurança da informação, contramedidas e vistoria de segurança em bombas e explosivos, e varredura eletrônica.

Os projetos de cunho técnico-científico abordaram a construção de *drones* (veículos aéreos não tripulados) e a pesquisa com psicotrópicos. Um dos projetos de cunho administrativo abordou a capacitação de servidores em aspectos básicos de gestão de processos. Um segundo projeto de cunho administrativo teve como alvo a elaboração de diversos termos de referência para compra de material permanente, o que resultou na licitação de diversos equipamentos para os grupos de perícia, os quais serão recebidos em 2014. Os pontos negativos enfrentados em 2013, pelo SETEC,

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

referem-se à reduzida área física ocupada pelo setor e ao deficitário número de Peritos para fazer frente a toda a demanda recebida.

2.2.3.1.2 – Estatísticas da Papiloscopia

Quadro 19 – Dados estatísticos consolidados de produção da Papiloscopia da UJ

Descrição	2013	2012
Consultas ao SINIC	35.231	36.938
Inclusões de prontuários de identificação criminal	5.894	7.366
Emissão de folhas de antecedentes criminais	3.964	4.898
Laudos de perícias papiloscópicas	524	358
Lançamento no Sistema AFIS	126.874	7.413
Validação no Sistema AFIS	127.292	7.900

Fontes: Grupo de Identificação; Administração AFIS

A substancial elevação dos lançamentos e validações no Sistema AFIS deve-se ao fato da descentralização dessas atividades quando relacionadas à emissão de passaportes e registros de estrangeiros do Instituto Nacional de Identificação em Brasília para o Grupo de Identificação na SR/DPF/MG em 2013.

2.2.3.2 – Atividades de Polícia Administrativa

Quadro 20 – Quantitativo de solicitações de emissão de passaportes

Unidade	2013	2012
SR/DPF/MG	114.851	103.656
DPF/JFA/MG	11.384	10.850
DPF/MOC/MG	3.322	3.509
DPF/DVS/MG	9.664	7.913
DPF/GVS/MG	13.321	13.829
DPF/URA/MG	7.964	7.425
DPF/UDI/MG	15.382	13.102
DPF/VAG/MG	8.604	10.067
Total	184.492	170.351

O acréscimo de 8,3% no aumento do número de passaportes emitidos é principalmente resultado da parceria realizada com o Governo do Estado de Minas Gerais que ampliou a oferta do serviço nas Unidades de Atendimento Integrado – UAI localizadas em Belo Horizonte e em cidades do interior do estado, da redução de 33% (de 15 para 10 minutos) do tempo de espera do cidadão para atendimento, e do número de dias de espera para agendamento (de 20 para 15 dias). Esses dados estatísticos demonstram aumento considerável de produtividade e resultam em uma taxa de 100% de atendimento das solicitações agendadas. A criação dos novos postos de atendimento aos cidadãos permitiu uma melhoria na qualidade da prestação de serviços de competência da Polícia Federal, priorizando o atendimento ao cidadão.

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3 - ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

O item 3.3 da Portaria TCU nº 175/2013 que trata da remuneração paga a administradores, não se aplica à Polícia Federal. Assim, os quadros A.3.3.2, A.3.3.3 e A.3.3.4 não foram preenchidos.

3.1 – Estrutura de Governança

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais dispõe de Unidade de Controle Interno - UCI/SR/DPF/MG -, instituída pela Portaria nº 3.151/2012-DG/DPF, de 29 de outubro de 2012. A criação da Unidade de Controle Interno demonstra o compromisso da atual administração desta UJ com o fortalecimento dos sistemas e ambiente de controles internos.

A Unidade de Controle Interno é subordinada ao Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais e vinculada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno do Diretor Geral do DPF. Atualmente, a UCI é composta e está sob a responsabilidade de um Perito Criminal Federal e possui, de forma geral, a atribuição de assessorar o dirigente desta UJ (Superintendência) nas atividades de análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

As atribuições da UCI estão previstas na Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF, de 23/12/2010, e compreendem:

I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;

II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;

III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;

IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;

V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;

VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;

VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;

VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e

IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.

Além da Unidade de Controle Interno, esta UJ é objeto de controle por parte da Controladoria-Geral da União, da Assessoria de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Adicionalmente, a SR/DPF/MG realiza trabalhos permanentes de conformidade contábil e de gestão. Há dois servidores responsáveis por esses trabalhos, em caráter de exclusividade, com monitoramento permanente das atividades contábeis, financeiras e de gestão da Superintendência. As inconsistências encontradas são analisadas pela Unidade de Controle Interno e pelo Setor de Administração e Logística Policial (SELOG), podendo, se aplicável, ser remetidas ao dirigente regional para subsidiar decisões e apurar eventuais responsabilidades.

Esta UJ dispõe de Núcleo de Correições que também exerce um importante e destacado papel na estrutura de controles, procedendo às correições nos inquéritos em andamento, as quais constituem em ação fiscalizadora das atividades de polícia judiciária, objetivando apontar e corrigir eventuais falhas e descumprimento das normas legais e regulamentares. O Núcleo de Correições será apresentado no item 3.3.

3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 21 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (Quadro A.3.2)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais dispõe de servidores administrativos e contratados que desempenham suas atividades de apoio com destacado nível de comprometimento e conhecimento dos regulamentos externos e aqueles estabelecidos pelo DPF, os quais disciplinam as atividades da UJ. Os servidores policiais que desempenham atividades administrativas ou de gestão são escolhidos, dentre outros requisitos, por conhecerem e respeitarem as leis e regulamentos relacionados às atividades do DPF.</p> <p>Há uma constante busca pelo aprimoramento dos controles internos. A iniciativa desse aprimoramento tanto parte da administração, quanto dos próprios servidores. Sempre que possível, a criação de um novo controle (formulário, definição de um novo processo etc.) é feita de forma informatizada, propiciando melhor controle de acesso, maior e mais fácil divulgação e facilidade de uso. Esta UJ dispõe de um canal formal de divulgação que compreende o uso de sistemas disponíveis em sua intranet.</p> <p>O Setor de Correições, de Conformidade Contábil e de Gestão e a Unidade de Controle Interno possuem estruturas próprias e com servidores que desempenham suas atividades com exclusividade, o que fortalece ainda mais o ambiente de controle. Essas unidades são responsáveis por acompanhar o cumprimento dos controles internos, de acordo com suas respectivas atribuições, de sugerir a criação de novos e identificar eventual descumprimento de leis e regulamentos.</p>					
Escala de valores da Avaliação:					

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 – Sistema de Correição

3.3.1 – Núcleo de Correições (NUCOR/COR)

Na estrutura da Corregedoria Regional de Polícia Federal em Minas Gerais, há o Núcleo de Correições (NUCOR/COR), subordinado diretamente ao Corregedor Regional Policial. Este núcleo é responsável, principalmente, pelo recebimento e análise das *notitia criminis* aportadas na Superintendência, antes de o expediente ser distribuído à autoridade designada para presidir o inquérito, além de proceder a correições nos inquéritos em andamento, as quais constituem em ação fiscalizadora das atividades de polícia judiciária, objetivando apontar e corrigir eventuais falhas e descumprimento das normas legais e regulamentares, impondo-se controle e avaliação permanente, primando pela qualidade, eficiência e eficácia dos serviços.

O NUCOR/MG é composto por dois Delegados de Polícia Federal, três Escrivães de Polícia Federal, dois Agentes de Polícia Federal, dois Agentes Administrativos, três funcionários terceirizados e quatro Estagiários.

Nas delegacias do interior do Estado de Minas Gerais a correição parcial é feita pelo Chefe da Delegacia, auxiliado pelo Chefe do Cartório. Por delegação do Chefe da Delegacia, poderá ser nomeado outro Delegado de Polícia Federal e/ou Escrivão de Polícia Federal para proceder à atividade correcional.

A plataforma normativa do Sistema de Correição é pautada nos ditames da Instrução Normativa nº 11/2001-DG/DPF, que atualiza, define e consolida as normas operacionais para execução da atividade de Polícia Judiciária no âmbito da Polícia Federal. É a norma que regulamenta os parâmetros a serem seguidos nas Correições Parciais, Ordinárias e Extraordinárias.

Conforme preconiza o item 180 da IN 11/2001-DG/DPF, as correições são classificadas em Ordinária, Parcial e Extraordinária.

- Correição Ordinária: realizada anualmente pela Corregedoria, no segundo semestre, tendo como objetivo examinar os procedimentos em tramitação, no tocante à parte formal e de qualidade, os livros cartorários, os expedientes pendentes, o depósito, o destino das coisas apreendidas, o cartório;
- Correição Parcial: realizada pelo setor correcional (no caso desta SR/DPF/MG realizada pelo Núcleo de Correições - NUCOR) em todos os inquéritos policiais, para verificar o cumprimento de formalidades, antes da remessa à Justiça ou ao Ministério Público;
- Correição Extraordinária: Mesmos objetivos preconizados nas Correições Ordinária e Parcial, sendo determinada pelo Corregedor Geral e, excepcionalmente, pelo Superintendente Regional para ação fiscalizadora em apenas um ou mais procedimentos policiais ou setores da unidade.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

O resultado das análises das correições parciais e ordinárias tem sido bem satisfatório, uma vez que se mantém a padronização dos trabalhos de polícia judiciária levado a efeito no âmbito da Polícia Federal, tendo como produto final a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços.

3.3.2 – Núcleo de Disciplina (NUDIS/COR)

No âmbito da SR/DPF/MG, existe o Núcleo de Disciplina-NUDIS ligado à Corregedoria Regional, composto atualmente por um Delegado de Polícia Federal e um Escrivão de Polícia Federal. O NUDIS assessora o Corregedor-Regional e o Superintendente Regional, assim como as Delegacias do interior em assuntos afetos à área disciplinar.

Há também na SR e nas delegacias de interior, no mínimo, uma Comissão Permanente de Disciplina (CPD), composta por três membros, responsáveis pela condução de Processos Administrativos Disciplinares, porventura existentes. Cabe ressaltar que, devido à carência de pessoal, os integrantes das CPDs têm outros encargos normais a seus cargos, não tendo dedicação exclusiva para a área disciplinar.

Quanto à competência para instaurar e julgar procedimentos disciplinares, a Instrução Normativa nº 076/2013-DG/DPF, de 26 de dezembro de 2013 regulamenta como a seguir:

Art. 42. Ressalvada a iniciativa das autoridades que lhes são hierarquicamente superiores, são competentes para instaurar procedimentos administrativos disciplinares:

I – o Corregedor-Geral de Polícia Federal;

II – os Superintendentes Regionais; e

III – os Chefes de Delegacias Descentralizadas.

§ 1º. Compete ao Corregedor-Geral instaurar os procedimentos disciplinares, independentemente da pena a ser aplicada, quando o servidor estiver em missão no exterior e quanto aos fatos praticados no âmbito dos órgãos centrais ou na circunscrição da Regional no Distrito Federal se o servidor envolvido for lotado nos órgãos centrais.

§ 2º. Compete aos Superintendentes Regionais instaurar os procedimentos disciplinares, independentemente da pena a ser aplicada, quanto aos fatos praticados na circunscrição da respectiva unidade da federação, sem prejuízo da atribuição dos chefes de Delegacias Descentralizadas.

§ 3º. Compete ao chefe de Delegacia Descentralizada a instauração de procedimentos relativos à apuração de suposta infração praticada por servidores no âmbito da circunscrição de sua unidade, nos casos puníveis com advertência, repreensão e suspensão, exceto sindicância patrimonial.

3.4 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Na Superintendência Regional de Minas Gerais, foram instaurados os procedimentos abaixo listados no período de 01/01/2013 a 31/12/2013:

- Processos Administrativos Disciplinares: 24 instaurados e 14 relatados;
- Sindicâncias Investigativas (sem caráter punitivo): 17 instauradas e 17 relatadas.

Como resultado das apurações disciplinares, foram aplicadas onze penalidades de suspensão e duas de advertência/repreensão.

Em relação à Portaria CGU nº 1.043/2007, a SR/DPF/MG está em consonância com os preceitos nela contidos. Alguns atrasos nos registros podem ocorrer pela carência de pessoal, porém, o Núcleo de Disciplina tem feito um acompanhamento a fim de sanar tais atrasos.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

3.5 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

De forma geral, esta UJ necessita desenvolver novos indicadores para monitoramento e avaliação dos controles internos, de forma a abranger um rol maior de controles.

Atualmente, a UJ dispõe de controles de monitoramento para determinadas áreas, mas não estabeleceu formalmente indicadores, parâmetros e metas para a sua devida aferição. A necessidade de criação de indicadores de monitoramento já foi identificada e eles deverão ser criados e implantados por um grupo de trabalho composto, no mínimo, pela Unidade de Controle Interno, SELOG, UIGE e pelo Superintendente.

Destacam-se dois controles de monitoramento atualmente utilizados pela UJ, mas que carecem de uma definição de indicadores e metas:

. Diárias e passagens aéreas: São emitidos mensalmente relatórios do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) por meio dos quais são avaliados se os controles instituídos para impedir atrasos na prestação de contas estão efetivos;

. Registros contábeis: É emitido mensalmente relatório de acompanhamento da conformidade contábil por meio do qual se pode avaliar se determinados controles instituídos estão sendo efetivos para garantir a integridade dos registros contábeis.

Em que pese a ausência de indicadores, a administração desta UJ utiliza outras formas de avaliar se os controles internos estão sendo efetivos e se o modelo de governança está em linha com os objetivos do DPF e da administração pública federal de forma geral.

Considerando que todos os processos relacionados a acordos de cooperação, convênios, contratação de serviços e de aquisição de mercadorias são objeto de análise prévia da Consultoria Jurídica da União-CJU/AGU/MG e, dependendo da alçada, da Assessoria de Controle Interno do DPF, pode-se verificar mediante análise das recomendações realizadas por esses revisores se os controles internos foram efetivos. Embora não haja, conforme já informado, indicadores formalmente instituídos, verifica-se que os pareceres desses revisores registram um baixo número de recomendações.

Cabe destacar ainda que esta UJ possui um baixo número de recomendações emanadas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, conforme descrito no item 8.1 deste Relatório de Gestão, o que em tese demonstra que os controles internos são efetivos e que o modelo de governança é satisfatório.

TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4 - ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

Considerando que não foram registrados para esta Unidade Jurisdicionada créditos originariamente na LOA, o item 4.1.1 da DN TCU nº 127/2013 não é aplicável, conseqüentemente, não foi preenchido o quadro A.4.1.1. Pela mesma razão, não foram preenchidos os quadros A.4.1.3.1, A.4.1.3.2, A.4.1.3.3 e A.4.1.3.4.

Tendo em vista que não houve movimentação orçamentária entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão, não foi preenchida a segunda parte do quadro A.4.1.2.1. Não foi preenchido o quadro A.4.1.2.2, pois as informações requeridas não ocorreram em 2013.

Esta UJ não possui passivos para reconhecimento por insuficiência de créditos ou recursos, portanto, não foram preenchidas as informações solicitadas no item 4.2 da DN TCU nº 127/2013 e não foi preenchido o quadro A.4.2.

A SR/DPF/MG não realizou transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres. Assim, também não faz parte deste relatório o item 4.4 da DN TCU nº 127/2013 e, conseqüentemente, não foram preenchidos os quadros A.4.4.1, A.4.4.2, A.4.4.3 e A.4.4.4.

Esta UJ não dispõe de suprimentos de fundos de conta tipo “B”, portanto, não foi preenchido o quadro A.4.5.2 (Item 4.5.2 da DN TCU nº 127/2013). Tendo em vista o sigilo da informação, o quadro A.4.5.3 da DN TCU nº 127/2013 contempla apenas os valores dos processos de suprimentos de fundos da modalidade pequeno vulto, não incluindo os suprimentos de fundos da modalidade regime especial de execução. Entretanto, as informações estão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

A SR/DPF/MG não promoveu renúncias de receitas e gestão de precatórios. Assim, os itens 4.6 e 4.7 da DN TCU nº 127/2013 2012 não se aplicam a esta UJ, desta feita, não foram preenchidos os quadros A.4.6.1.1, A.4.6.2.1, A.4.6.2.2, A.4.6.2.3, A.4.6.2.4.1, A.4.6.2.4.2, A.4.6.2.5.1, A.4.6.2.5.2, A.4.6.2.6, A.4.6.2.7, A.4.6.2.8, A.4.6.2.9, A.4.6.2.11, A.4.7.1 e A.4.7.2.

4.1 – Execução das despesas

4.1.1 – Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 22 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa (Quadro A.4.1.2.1)

(Valores em R\$ 1,00)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	200336	200350	06122211220000001	-	-	16.021.222,20
			06181207020UD0001	-	-	1.900,00
			06181207027260001	-	-	5.136.759,04
			06183207014WH0101	-	-	317.390,32
			0618320707U230001	-	-	1.156.936,97
			063012112200040001	-	-	27.166,00

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
					06306211220120001	-
			09272008901810001	8.941,26	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	200336	200350	06122211220000001	3.247.698,25	-	-
			06181207020UE0001	221.321,53	-	-
			06181207025860001	384.133,40	-	-
			06181207027260001	3.051.336,25	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.2 – Realização da Despesa

4.1.2.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 23 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.5)
 (Valores em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	11.426.573,08	11.368.261,85	10.848.821,31	10.950.402,48
a) Convite	-	85.979,22	-	85.979,22
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	208.378,84	-	208.378,84	-
d) Pregão	11.218.194,24	11.282.282,63	10.640.442,47	10.864.423,26
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	1.703.717,01	1.923.602,87	1.680.610,48	1.923.602,87
h) Dispensa	1.370.508,87	1.455.417,06	1.363.382,25	1.455.417,06
i) Inexigibilidade	333.208,14	468.185,81	317.228,23	468.185,81
3. Regime de Execução Especial	332.612,64	261.635,50	332.612,64	261.635,50
j) Suprimento de Fundos	332.612,64	261.635,50	332.612,64	261.635,50
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	5.736.118,68	5.336.654,84	5.736.118,68	5.336.654,84
k) Pagamento em Folha	8.941,26	55.106,72	8.941,26	55.106,72
l) Diárias	5.727.177,42	5.281.548,12	5.727.177,42	5.281.548,12
5. Outros	828.015,19	-	768.547,47	-
6. Total (1+2+3+4+5)	20.027.036,60	18.890.155,06	19.366.710,58	18.472.295,69

Fonte: SIAFI Gerencial

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

4.1.2.2 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 24 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.6)

(Valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
08 - Outros Benefícios Assistenciais	-	53.135,64	-	53.135,64	-	-	-	53.135,64
91 - Sentenças Judiciais	8.941,26	-	8.941,26	-	-	-	8.941,26	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	-	1.971,08	-	1.971,08	-	-	-	1.971,08
3 – Outras Despesas Correntes								
08 - Outros Benefícios Assist. Servidor e Militar	18.190,74	-	18.190,74	-	-	-	18.190,74	-
14 - Diárias - Civil	5.727.177,42	5.042.658,48	5.727.177,42	5.042.658,48	-	-	5.727.177,42	5.042.658,48
30 - Material de Consumo	1.977.555,02	1.267.135,83	1.335.372,28	1.072.546,99	642.182,74	194.588,84	1.209.811,77	1.072.546,99
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	504.913,37	525.967,97	504.913,37	420.491,70	-	105.476,27	493.168,45	415.195,37
36 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	443.611,14	391.026,35	424.957,28	363.990,32	18.653,86	27.036,03	419.774,72	363.990,32
37 - Locação de mão-de-obra	7.307.989,72	7.113.031,06	6.284.357,35	6.220.690,16	1.023.632,37	892.340,90	6.007.423,15	6.011.802,79
39 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	6.011.840,03	5.866.221,30	4.863.923,22	5.299.897,05	1.147.916,81	566.324,25	4.643.816,35	5.096.221,38
47 - Obrig. Tribut. e Contrib.	71.300,84	63.903,54	63.290,35	63.263,33	8.010,49	640,21	63.290,35	63.263,33
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	131.192,18	81.271,77	131.192,18	80.371,77	-	900,00	131.192,18	80.371,77
93 - Indenizações e Restituições	391.788,39	134.175,18	386.788,39	121.349,39	5.000,00	12.825,79	385.141,43	121.349,39
39 – Outros Serv. Terceiros – PJ Op. Intra Orçamentária	49.100,61	30.525,23	18.190,94	23.276,75	30.909,67	7.248,48	18.190,94	23.276,75
47 - Obrig. Trib. e Contr. Intra-Orçamentárias	1.587,07	-	1.587,07	-	-	-	1.587,07	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores (Intra)	20.716,75	2.323,00	20.716,75	2.323,00	-	-	20.716,75	2.323,00

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Quadro 24 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação (Quadro A.4.1.3.6) (Continuação) (Valores em R\$ 1,00)								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
37 – Locação de mão-de-obra	20.900,32	-	-	-	20.900,32	-	-	-
51 - Obras e Instalações - Op. Intra-Orçamentárias	221.321,53	383.787,09	208.378,84	85.979,22	12.942,69	297.807,87	208.378,84	85.979,22
52 - Equip. e Material Permanente - Op. Intra-Orçamentárias	6.662.267,58	278.346,01	20.117,90	20.783,52	6.642.149,68	257.562,49	967,90	20.783,52
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	-	17.426,66	-	17.426,66	-	-	-	17.426,66

Fonte: SIAFI Gerencial

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

4.1.2.3 - Análise crítica da realização da despesa

Em 2013, houve uma alteração expressiva na consecução das despesas da SR/DPF/MG, quando comparadas ao ano anterior. A esse respeito, cabem as seguintes observações:

- Do montante descrito nas despesas com Indenizações e Restituições, o qual demonstra acréscimo expressivo, quase 90% desse valor se refere a gastos com remoção de pessoal, o qual faz parte da política de aproveitamento do quadro de pessoal pelo país;
- Para as demais despesas correntes, observa-se um aumento percentual maior nas aquisições com materiais de consumo (gasolina, peças, estoques etc.), ocasionado principalmente pelo reajuste no custo dos combustíveis, somado ao envolvimento do DPF com a Copa das Confederações FIFA 2013 – FCC 2013 e com a Jornada Mundial da Juventude – JMJ. Como eventos atípicos realizados no ano, caracterizados pela mobilização intensa de pessoal, tanto a FCC 2013 quanto a JMJ demandaram acréscimos significativos nas despesas de custeio, o que pode ser observado pela variação nos outros elementos de despesas (locação de mão de obra, diárias, serviços de terceiros/PJ etc.);
- As despesas de capital, por sua vez, além de atender às necessidades de renovação dos bens permanentes da SR/DPF/MG e de suas delegacias descentralizadas, foram, em sua maior parte, decorrentes de projetos demandados por unidades centrais do DPF, tais como a CGPRE, DITEC, CGTI, DIREX, cujos propósitos envolveram o aparelhamento das bases de inteligência (GISE), a renovação do parque tecnológico do PROMASP, a renovação da infraestrutura para realização de exames periciais e o projeto de aparelhamento do efetivo policial com computadores portáteis.

Cumprir lembrar que, não obstante à participação das situações excepcionais na consolidação das despesas da SR/DPF/MG, tem sido observado um crescimento nos custos de manutenção com seus contratos de natureza continuada, os quais subsidiam os trabalhos da Polícia Federal no Estado, em percentual superior ao montante da cota orçamentária destinada à SR/DPF/MG; situação que já foi reportada à Coordenação de Orçamento e Finanças do órgão e deverá ser considerada quando da definição e distribuição dos próximos orçamentos pelas unidades do DPF no país.

Os custos relativos a contratos de natureza continuada de terceirização (rubricas: 37 - Locação de mão-de-obra e 39 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica) aumentaram basicamente devido às repactuações contratuais realizadas para atender aos acréscimos salariais e de benefícios resultantes de convenções coletivas de trabalho e de determinadas tarifas públicas.

4.2 – Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 25 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (Quadro A.4.3) (Valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2013
2012	2.362.751,13	2.100.123,56	240.582,05	22.045,52
2011	597.880,98	578.251,95	19.629,03	-
2010	75.458,92	71.771,12	3.687,80	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2013
2012	417.859,37	413.794,35	4.065,02	-

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Restos a Pagar Processados				
2011	252.957,39	252.957,39	-	-
2010	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.1 - Análise Crítica

Os saldos finais dos empenhos inscritos em restos a pagar apresentaram redução significativa em 2013 em relação ao ano anterior, conforme se observa no quadro 25. Os seguintes principais fatores contribuíram para essa redução:

- Descentralização de recursos por parte da COF/DPF de forma mais tempestiva do que a ocorrida no final de 2012;
- Melhoria na alocação dos recursos e seleção dos empenhos que seriam inscritos em restos a pagar pelo Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira da SR/DPF/MG;
- Melhoria no controle da gestão dos restos a pagar, decorrente das mudanças ocorridas na contabilidade aplicada ao setor público, como a criação dos “*empenhos em liquidação*”, os quais foram selecionados tendo em vista a fase de prestação de serviços ou entrega de mercadorias por parte dos fornecedores da SR/DPF/MG.

Os saldos existentes em 31/12/2013 são de empenhos inscritos no exercício 2012, o que, com base na redação do artigo 68 do Decreto nº 93.872/1986, presume-se que serão baixados no exercício 2014, tendo em vista seu período de vigência e/ou prazo de encerramento contratual.

4.3 – Suprimento de Fundos

4.3.1 – Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 26 – Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (Série Histórica) (Quadro A.4.5.1)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	Não aplicável a UJ.		341	258.521,04	279	73.640,99	332.162,03
2012	Não aplicável a UJ.		294	208.891,74	176	52.743,76	261.635,50
2011	Não aplicável a UJ.		414	292.923,00	538	122.150,34	415.073,34

Fontes: Valores - CONRAZAO (contas 199962401 e 199962402); Quantidades - demonstrativos mensais por vencimento do Auto Atendimento do Banco do Brasil - AABB.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

4.3.2 – Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 27 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador (Quadro A.4.5.3) (Valores em R\$ 1,00)

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1	200350	Limite de Utilização da UG	200.000,00		
Carolina Soares Brum	033.071.846-01	8.000,00	2.400,00	5.569,58	7.969,58
Daniel Carvalho Dos Santos	040.147.766-54	8.000,00	2.033,42	6.783,61	8.817,03
Roberto Wagner De Azevedo Sant Ana	159.464.628-73	8.000,00	222,02	598,03	820,05
Antonio Donizete Da Silva	320.392.126-04	8.000,00	1.211,00	3.119,98	4.330,98
Alexandre Coelho	499.826.806-68	8.000,00	-	2.873,30	2.873,30
Mauro Angelo Amado Da Silva	519.489.826-68	8.000,00	610,00	697,84	1.307,84
Luiz Antonio Carvalho Colucci	529.977.826-00	8.000,00	800,00	6.493,09	7.293,09
Jose Maria Chaves Pereira	542.321.476-91	8.000,00	-	2.329,02	2.329,02
William Guilherme De Andrade	569.100.026-87	8.000,00	2.047,00	3.070,77	5.117,77
Lucio Mario Almeida Lopes	676.921.506-30	8.000,00	1.146,00	1.208,29	2.354,29
Mauro Cesar Salgado	712.627.506-44	8.000,00	445,50	44,00	489,50
Joelber Mendes Gouvea	901.735.626-04	8.000,00	-	4.694,36	4.694,36
Bruno Ottaviani	905.088.746-53	8.000,00	-	7.695,56	7.695,56
Cleber Luiz De Barros	923.734.886-04	8.000,00	480,00	1.270,00	1.750,00
Amilton Soares Junior	935.322.706-25	8.000,00	1.825,91	3.484,30	5.310,21
Carlos De Oliveira Miguel	954.424.806-49	8.000,00	-	799,60	799,60
Total Utilizado pela UG			13.220,85	50.731,33	63.952,18
Total Utilizado pela UJ			13.220,85	50.731,33	63.952,18

Fonte: SIAFI, por meio da transação CONRAZAO das contas 199962401 e 199962402.

4.3.3 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 28 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (Quadro A.4.5.4)

Suprimento de Fundos						
Situação	CPGF					
	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	63	332.162,03	62	261.635,50	75	415.073,34

Fonte: SIAFI, por meio das transações CONDH (Novo SIAFI) e CONRAZAO (SIAFI), via contas 199962401 e 199962402. A UJ não utiliza a Conta Tipo “B”.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

4.3.4 – Análise Crítica

No total geral, comparando 2013 com 2012, houve um aumento de gastos de 26,96% (de R\$ 261.635,50 para R\$ 332.162,03). Desmembrando esses gastos em pequeno vulto - PV e em regime especial de execução - REE, pode-se constatar que a modalidade de PV apresentou aumento de apenas 4,8% (de R\$ 61.047,56 em 2012 para R\$ 63.952,18 em 2013), ou seja, o aumento dos gastos com suprimentos de fundos ocorreu principalmente com os gastos da modalidade REE - aumento de 33,7% (de R\$ 200.587,94 em 2012 para R\$ 268.209,85 em 2013). Esse acréscimo expressivo no REE foi motivado pelo aumento das operações e investigações de polícia judiciária no ano de 2013 (em 2012, a redução observada foi motivada, principalmente, pela greve de policiais federais), além dos gastos com as ações da Copa das Confederações.

Por fim, vale destacar que assim como ocorrido nos anos de 2011 e 2012, todas as prestações de contas de 2013 foram aprovadas, tendo sido observados os prazos legais de aplicação e comprovação.

**GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS
RELACIONADOS**

5 - ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

Considerando o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e na Instrução Normativa nº 69, de 14/12/2012, as informações referentes aos quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.2.2 da DN TCU nº 127/2013 estão resguardadas por sigilo, conseqüentemente, não foram preenchidos. Pelo mesmo motivo, o Quadro A.5.1.2.3 foi preenchido contendo apenas dados em percentuais. Entretanto, tais informações estão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

O envio de informações aos órgãos de controle alusivas a atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. As informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do órgão central do DPF. Por conseguinte o item 5.1.5 da DN TCU nº 127/2013 não foi preenchido e os quadros A.5.1.5.1, A.5.1.5.2, A.5.1.5.3 e A.5.1.5.4 não constam neste relatório.

Esta UJ não possui servidores terceirizados ocupando ou exercendo cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, conseqüentemente, o item 5.2.1 da DN TCU nº 127/2013 não é aplicável e o quadro A.5.2.1 não foi preenchido.

Em relação ao item 5.2.2 da DN TCU nº 127/2013, as informações referentes à realização de concursos públicos são prestadas apenas pelo órgão central do DPF, conseqüentemente, o quadro A.5.2.2 não foi preenchido.

5.1 – Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 – Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 29 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Quadro A.5.1.1.2)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	16

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	6
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	5
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	3
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	15
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	13
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	36

Fonte: Planilha Interna de Controle de Remoção/SRH/SR/DPF/MG e PORTAL/SR/DPF/MG

5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 – Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 30 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) (Quadro A.5.1.2.1)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	4	4	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	29	28	9	10
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	28	28	9	10
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	33	32	11	12

Fonte: SIAPE > CACODETPFU

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

A estrutura organizacional/formal da SR/DPF/MG é composta de 33 áreas, sendo 87,88% de funções gratificadas e apenas 12,12% de cargos de Direção e Assessoramento Superior, sendo que todos os seus ocupantes são de carreiras vinculadas ao órgão. Dentre as funções de confiança, 7 pertencem aos dirigentes das delegacias descentralizadas localizadas no interior do Estado de Minas Gerais.

Os ingressos e egressos representam a movimentação de pessoal dos ocupantes dos cargos ou das funções de confiança ao longo do exercício. A movimentação de pessoal foi de 37,93% entre os ocupantes de funções gratificadas e de 50% entre os ocupantes de cargos comissionados, com movimentação total de 39,39% das chefias (13 em 33).

5.1.2.2 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 31 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.2.3)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	0,13%	0,79%	10,20%	83,18%	0,66%	-	0,66%
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	0,13%	0,79%	10,20%	83,18%	0,66%	-	0,66%
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	0,13%	4,24%	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0,53%	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	0,13%	3,71%	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	0,13%	0,79%	10,33%	87,42%	0,66%	-	0,66%

LEGENDA

Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Portal SR/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

5.1.3 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 32 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Quadro A.5.1.3)

(Valores em R\$ 1,00)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	102.056.113,43	2.941,32	8.606.522,36	3.341.623,71	9.415.046,87	2.842.449,42	21.475,11	60.150,35	420.484,20	126.766.806,77
	2012	94.927.672,18	2.035,67	7.978.761,67	3.167.219,34	7.746.788,93	2.331.912,35	-	29.900,11	610.137,29	116.794.427,54
	2011	93.194.644,49	2.670,55	7.858.176,14	2.913.293,99	6.400.483,38	2.264.670,63	-	29.362,79	452.401,42	113.115.703,39
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	139.987,20	-	17.498,40	5.832,80	2.432,00	75,00	-	-	-	165.825,40
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	921.570,49	73.322,01	88.918,87	39.819,52	42.453,63	1.320,36	-	-	43.438,08	1.210.842,96
	2012	906.191,72	73.613,65	90.192,37	22.011,17	46.023,01	3.040,00	-	-	54.660,44	1.195.732,36
	2011	919.287,28	71.960,11	90.942,74	29.657,58	162.512,86	7.880,00	-	937,96	55.501,66	1.338.680,19
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	5.645.123,21	93.614,08	472.757,40	189.532,60	271.879,52	251.979,97	1.608,71	1.459,92	165.159,96	7.093.115,37
	2012	5.432.567,43	89.398,35	498.834,93	159.756,64	199.955,33	251.939,92	-	982,00	166.652,72	6.800.087,32
	2011	5.272.612,21	87.018,90	449.605,75	138.073,62	189.066,86	260.251,66	-	5.470,30	157.088,41	6.559.187,71

Fonte: Extração DW/SIAPE e SIAFI

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

As contas contábeis e respectivas rubricas de pagamentos utilizadas para a composição do quadro 32 anterior são as seguintes:

Quadro 33 – Relação de contas contábeis e respectivas rubricas de pagamentos utilizadas para a composição do Quadro 32

CONTA CONTÁBIL	COD CONTA CONTABIL	GRUPO TCU	COD RUBRICA	RUBRICA
ADICIONAIS				
Gratificacao de tempo de servi	3.3.1.9.0.11.37	A	13	ANUENIO - ART.244, LEI 8112/90
Adicional de periculosidade	3.3.1.9.0.11.09	A	67	ADIC. DE PERICULOSIDADE
Ferias - abono constitucional	3.3.1.9.0.11.45	A	220	FERIAS - ADICIONAL 1/3
Adicional de periculosidade	3.3.1.9.0.11.09	A	82776	VPNI-PERICULOSIDADE MP 568/12
BENEFÍCIOS				
AUXILIO NATALIDADE ATIVO CIVIL	3.3.3.9.0.08.05	B	121	AUXILIO NATALIDADE
ABONO PERMANENCIA EC 41/2003	3.3.1.9.0.11.07	B	82273	ABONO DE PERMANENCIA EC 41/03
ABONO PERMANENCIA EC 41/2003	3.3.1.9.0.11.07	B	82447	FERIAS - ABONO PERMAN EC41/03
ABONO PERMANENCIA EC 41/2003	3.3.1.9.0.11.07	B	82525	ABONO PERMAN EC 41/03 GRAT.NAT
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDI	3.3.3.9.0.93.08	B	82737	PER CAPITA - SAUDE SUPLEMENTAR
DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS				
Depositos de rendimentos do PI	2.1.1.4.9.02.00	DDV	130	RENDIMENTO PASEP
Indenizacoes e restituicoes	2.1.1.1.3.02.00	DDV	145	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02
PSSS - vencimentos e vantagens	2.1.1.1.1.01.00	DDV	98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL
PSSS - vencimentos e vantagens	2.1.1.1.1.01.00	DDV	98027	CONTR. PSS - FERIAS
PSSS - vencimentos e vantagens	2.1.1.1.1.01.00	DDV	98033	CONTR.PSS-GRATIF. NATALINA - AP
PSSS - vencimentos e vantagens	2.1.1.1.1.01.00	DDV	98044	PSS-EXERC.ANTERIOR - RRA AT
IRRF	2.1.1.1.3.01.00	DDV	99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE
IRRF	2.1.1.1.3.01.00	DDV	99003	IRRF - 13º SAL./GRAT.NATALINA
IRRF	2.1.1.1.3.01.00	DDV	99004	IRRF - FERIAS
DECISÃO JUDICIAL				
SENT.JUD.Não TRANS.JULGA CART.	3.3.1.9.0.91.14	DJ	1113	DEC JUD N TRAN JUG IS/PSS - AT
SENT.JUD.Não TRANS.JULGA CART.	3.3.1.9.0.91.14	DJ	1251	DEC. JUD. ISENTA IR PSS AT/AP
SENT.JUD.Não TRANS.JULGA CART.	3.3.1.9.0.91.14	DJ	1358	ADIC. NOTURNO JUD. SUBSIDIO AT
SENT.JUD.Não TRANS.JULGA CART.	3.3.1.9.0.91.14	DJ	1359	ADIC.DE PERIC. JUD.SUBSIDIO AT
PSSS - vencimentos e vantagens	2.1.1.1.1.01.00	DJ	1414	DEV.PSS S/FERIAS SUBS. DEC JUD
IRRF	2.1.1.1.3.01.00	DJ	1455	DEC JUD N TRAN JUG - DEV IR
VANTAGEM PERM.SENT.JUD.TRANS.J	3.3.1.9.0.11.06	DJ	15277	DECISAO JUDICIAL TRAN JUG AT.
Depositos judiciais	2.1.1.4.2.00.00	DJ	97531	DECISAO JUDICIAL- DEP.EM JUIZO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

CONTA CONTÁBIL	COD CONTA CONTABIL	GRUPO TCU	COD RUBRICA	RUBRICA
EXERCÍCIO ANTERIOR				
FONTE: SIAFI	333909208	EA		AUXILIO FUNERAL
FONTE: SIAFI	333909208	EA		AUXILIO ALIMENTAÇÃO
FONTE: SIAFI	333909208	EA		AUXILIO NATALIDADE
FONTE: SIAFI	333909293	EA		TRANSPORTE REMOÇÃO
FONTE: SIAFI	333909293	EA		AJUDA DE CUSTO
FONTE: SIAFI	3339092014	EA		DIÁRIA
DESP EXERC ANTERIORES OUTRAS D	3.3.1.9.0.92.11	EA	58	PAGAMENTO EXERC. ANTERIOR(ES)
DESP EXERC ANTERIORES OUTRAS D	3.3.1.9.0.92.11	EA	571	GRAT.NATALINA EXERC.ANTERIOR
PAGAMENTO DE EXERCICIOS ANTERI	3.3.1.9.0.92.91	EA	1301	PAGTO EXERC ANT DEC JUDIC ATIV
DESP EXERC ANTERIORES OUTRAS D	3.3.1.9.0.92.11	EA	82379	ABONO PERMANENCIA EXERC.ANT.AT
GRATIFICAÇÕES				
13. salario	3.3.1.9.0.11.43	G	176	GRATIFICACAO NATALINA
13. salario	3.3.1.9.0.11.43	G	177	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO
13. salario	3.3.1.9.0.11.43	G	178	GRAT.NATALINA PROPORCIONAL
INDENIZAÇÕES				
FONTE: SIAFI	333900801	I		AUXILIO FUNERAL
FONTE: SIAFI	333909301/05	I		TRANSPORTE REMOÇÃO
FONTE: SIAFI	333909309	I		AJUDA DE CUSTO
FONTE: SIAFI	333901414/16	I		DIARIA
INDENIZACAO AUXILIO ALIMENTACA	3.3.3.9.0.46.01	I	136	AUXILIO-ALIMENTACAO
AUXILIO-CRECHE CIVIL	3.3.3.9.0.08.09	I	700	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR
INDENIZACAO AUXILIO TRANSPORTE	3.3.3.9.0.49.01	I	951	AUXILIO-TRANSPORTE
RETRICUIÇÕES				
Substituicoes	3.3.1.9.0.16.32	R	24	SUBSTITUICAO/INTERINO
GRATIFICAÇÃO P/EXERC.E CARGO E	3.3.1.9.0.11.36	R	25	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE
Gratificacao por exercicio de	3.3.1.9.0.11.31	R	561	FGR-FUNC GRATIFICADA L 8216/91
Gratificacao por exercicio de	3.3.1.9.0.11.31	R	593	GRAT.DESEMP.FUNCAO-GADF LD.13
Gratificacao por exercicio de	3.3.1.9.0.11.33	R	82332	ACERTOS EXONERACAO DE FUNCAO
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS				
Vencimentos e salarios	3.3.1.9.0.11.01	V	1	VENCIMENTO BASICO
Vencimentos e salarios	3.3.1.9.0.11.01	V	82057	FALTAS/PARALISACAO/GREVE
Incorporacoes	3.3.1.9.0.11.05	V	82106	VPNI ART.62-A LEI 8112/90 - AT
Subsidios	3.3.1.9.0.11.74	V	82483	SUBSIDIO AT
Gratificacao por exercicio de	3.3.1.9.0.11.31	V	82568	GDATPF - MP 431/2008 AT
Gratificacao por exercicio de	3.3.1.9.0.11.31	V	82793	GDM-PECPF - MP 568/2012 AT

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

5.1.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 34 - Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31 de dezembro (Quadro A.5.1.4.1)

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	270	28
1.1 Voluntária	238	26
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	30	1
1.4 Outras	2	1
2. Proporcional	24	-
2.1 Voluntária	15	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	9	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	294	28

Fonte: Extração SIAPE via DW

A SR/DPF/MG possuía 294 servidores aposentados em 31/12/2013 (2012 - 271 servidores), sendo que 86,05% (2012 – 89,29%) aposentaram-se voluntariamente e apenas 3,06% (2012 – 10,70%) aposentaram-se por invalidez permanente. Destas aposentadorias, 91,84% (2012 – 91,14%) são integrais e apenas 8,16% proporcionais (2012 – 8,86%).

No ano de 2013, aposentaram-se 28 servidores (2012 – 11 servidores) e todos de maneira voluntária.

5.1.4.2 - Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 35 – Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1.4.2)

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	33	2
1.1. Integral	32	2
1.2. Proporcional	1	0
2. Em Atividade	10	1
3. Total (1+2)	43	3

Fonte: EGP e Planilha interna do SRH/SR/DPF/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

5.1.5 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quando do ingresso de novo servidor, este firma termo de não acumulação de cargos, empregos e funções. Após o ingresso, a SR/DPF/MG não possui instrumento de identificar acumulações ilegais de cargos, empregos e funções. Cabe ressaltar que entre os órgãos que utilizam o SIAPE, não é possível a acumulação ilegal, haja vista que o próprio sistema apresenta crítica.

5.1.6 – Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há registro nesta SR/DPF/MG de acumulação indevida de cargos, empregos e funções. Em caso de eventuais ocorrências de notificações de irregularidades, a SR/DPF/MG tomará as medidas legais, tais como a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para tal fim.

5.1.7 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta SR/DPF/MG não possui indicadores gerenciais de RH, assim como a Polícia Federal não possui também indicadores de desempenho em nível institucional da área.

5.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 – Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 36 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.5.2.3)

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais													
UG/Gestão: 200350						CNPJ: 00.394.494/0029-37							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	Limpeza	O	001/2010	97.481.220/0001-16	01/02/10	31/01/14	41	41	-	-	-	-	P
2010	Vigilância	O	035/2010	05.891.583/0001-01	01/12/10	31/12/14	-	-	66	66	-	-	P

Fonte: Contratos/SR/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

5.2.2 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 37 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (Quadro A.5.2.4)

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais													
UG/Gestão: 200350						CNPJ: 00.394.494/0029-37							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	5	O	36	04.552.404/0001-49	21/11/08	20/11/13	-	-	50	50	-	-	E
2009	3	O	32	38.056.404/0001-70	05/10/09	04/10/13	-	-	10	10	-	-	E
2010	4	O	2	09.196.147/0001-73	01/01/10	31/12/13	1	1	-	-	-	-	P
2010	8	O	40	97.481.220/0001-16	10/01/11	31/12/13	11	1	-	-	-	-	P
2011	5	O	22	05.208.408/0001-77	01/12/11	30/11/13	-	-	82	82	-	-	P
2011	12	O	23	08.491.163/0001-26	01/12/11	30/11/13	-	-	13	13	-	-	P
2012	8	O	1	97.481.220/0001-16	01/02/12	31/12/13	1	1	-	-	-	-	P
2012	12	O	6	97.481.220/0001-16	01/02/12	30/04/13	2	2	-	-	-	-	E
2012	12	O	18	09.564.708/0001-40	08/10/12	08/10/13	1	1	-	-	-	-	P
2012	12	O	19	09.564.708/0001-40	08/10/12	08/10/13	1	1	-	-	-	-	P
2013	5	O	4	04.552.404/0001-49	21/11/13	31/12/14	-	-	50	50	-	-	A
2013	12	O	2	13.892.384/0001-46	08/05/13	08/05/14	2	2	-	-	-	-	A

Fonte: Contratos/SR/MG

5.2.3 – Análise Crítica

A Superintendência Regional de Polícia Federal apresentava no ano de 2013 doze contratos vigentes de terceirização de mão de obra. Destes, apenas o contrato de prestação de serviços de auxiliar de operador de carga foi celebrado no ano. Todos os demais foram celebrados em anos anteriores.

Os contratos tiveram, no ano de 2013, andamento satisfatório, a exceção do contrato de limpeza e conservação, cuja empresa apresentou alguns problemas no que tange ao cumprimento integral dos deveres e direitos trabalhistas para com os empregados. No caso em questão, os fiscais e gestores do contrato ficaram atentos e, além de conferir mais de perto toda a documentação enviada para ateste das notas, elaborou novo termo de referência, enviando-o para a Comissão Permanente de Licitação que iniciou novo processo licitatório com o fito de substituir a empresa problemática. Nos demais, não houve situação digna de nota.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

5.2.4 – *Composição do Quadro de Estagiários*

Quadro 38 - Composição do quadro de estagiários (Quadro A.5.2.6)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	24	27	31	28	170.736,34
1.1 Área Fim	23	24	27	24	150.001,68
1.2 Área Meio	1	3	4	4	20.734,66
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	24	27	31	28	170.736,34

Fonte: Extração SIAPE via DW

A SR/DPF/MG somente possui estagiários de nível superior. A classificação dos estagiários em área meio e fim foi feita com base em sua lotação, sendo considerada área meio o Gabinete da Superintendência, o Setor de Recursos Humanos, o Setor de Logística de Pessoal, o Núcleo de Tecnologia da Informação e o Núcleo de Disciplina, e as demais áreas foram consideradas como área-fim. Os estagiários lotados nas áreas-fim representam 85,71% (2012 - 81%) e os lotados na área meio 14,29% (2012 - 19%).

A despesa com estagiários foi obtida pela somatória trimestral das rubricas nº 82553 - “Bolsa de Estágio” e nº 82695 - “Auxílio Transporte de Estagiário”. Houve um aumento de 18% da despesa com estagiários em relação ao exercício de 2012 (de R\$144.648,93 para R\$ 170.736,34) motivado, principalmente, pelo acréscimo do número de estagiários.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6 - ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

Esta UJ não possui imóveis funcionais, conseqüentemente, o item 6.2.3 da DN TCU nº 127/2013 não é aplicável e o quadro A.6.2.3 não foi preenchido.

As informações constantes da alínea “a” do item 6.1 da DN TCU nº 127/2013 – “a) a quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização” - não constam deste Relatório de Gestão por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012. Entretanto, estão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A gestão da frota de veículos é realizada, no âmbito da Superintendência Regional de Minas Gerais, pelo NUTRAN/SELOG/SR/DPF/MG, sendo que em cada uma das sete delegacias do interior do estado existe a figura de um responsável pela manutenção e abastecimento dos veículos. O NUTRAN é composto de quatro servidores que trabalham exclusivamente com controle da frota.

Não há veículos contratados de terceiros na Superintendência Regional de Minas Gerais, sendo que cerca de 32% (2012 - 35%) da frota é composta de veículos apreendidos e incorporados mediante autorização de uso judicial.

A constituição e utilização da frota de veículos são realizadas respeitando os seguintes normativos:

- a) Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008: Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional - Presidência da República - Casa Civil;
- b) Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996: Dispõe sobre a condução de veículo Oficial;
- c) Instrução Normativa nº 03, da SLTI/MPOG, de 15 de outubro de 2009, altera a Instrução Normativa nº 02, da SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008;
- d) Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF, de 5 de março de 2009: Disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos da Polícia Federal e dá outras providências;
- e) Instrução Normativa nº 001/99-DG/DPF de 19 de julho de 1999: Estabelece os procedimentos necessários ao credenciamento dos servidores administrativos, nas Unidades Centrais e Descentralizadas, para condução de veículo oficial.

A frota de veículos é imprescindível para a realização dos trabalhos desenvolvidos na Superintendência Regional em Minas Gerais. Sem o uso de viaturas, grande parte das atividades de polícia judiciária e administrativa do DPF não poderia ser realizada.

Conforme descrito no item 2.1.4.1 deste relatório, o SELOG realiza pesquisa com os setores e delegacias da SR/DPF/MG acerca das necessidades de veículos com vistas a definir os perfis dos veículos e a balizar as decisões de futuras renovações da frota. A aquisição de veículos é definida pelo órgão central do órgão, considerando as necessidades de todas as unidades do DPF.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

As viaturas policiais que esta UJ dispõe compreendem veículos caracterizados/ostensivos (2013 – 18%; 2012 - 16% do total) e descaracterizados (2013 – 82%; 2012 - 84% do total). O aumento do quantitativo de veículos caracterizados/ostensivos em 2013 ocorreu pela aquisição de novas viaturas policiais adaptadas à condução de presos. Da frota total, cerca de 29% é composta de veículos do tipo caminhonete, próprios para transitar em pavimentos fora de estrada.

Os veículos são utilizados de acordo com a finalidade dos serviços e podem ser assim apresentados:

Uso de veículos descaracterizados:

- Levantamentos realizados pelas delegacias nas atividades-fim do DPF;
- Transportes de materiais entre delegacias e setores da Superintendência Regional;
- Segurança de autoridades e dignitários;
- Viagens de servidores;
- Cumprimento de busca, apreensão e entrega de mandados;
- Serviços de polícia judiciária em geral.

Uso de veículos caracterizados/ostensivos:

- Transporte de conduzidos para oitivas na Justiça e para penitenciárias;
- Operações policiais;
- Escoltas diversas.

Em relação à média de quilômetros rodados no ano de 2013, as viaturas ostensivas rodaram em média 8.180 quilômetros (2012 – 3.300 quilômetros) e as viaturas descaracterizadas rodaram em média 10.330 quilômetros (2012 - 6.100 quilômetros). As viaturas oficiais rodaram em média 10.600 quilômetros ao longo do ano de 2013 (2012 - 5.100 quilômetros) e as viaturas com autorização de uso judicial rodaram em média 8.590 quilômetros (2012 - 6.800 quilômetros).

O acréscimo da média anual de quilômetros rodados em 2013 em relação ao ano anterior, observado para todos os tipos de veículos, deve-se ao período de greve em 2012, quando poucos veículos foram utilizados.

O cálculo da idade média da frota de veículos considerou a média ponderada, utilizando a quantidade de viaturas existentes e as correspondentes a cada ano de fabricação como peso relativo.

- Viaturas ostensivas: Idade média da frota de 4 anos;
- Viaturas descaracterizadas: Idade média da frota de 5 anos;
- Viaturas oficiais: Idade média da frota de 5 anos;
- Viaturas com autorização de uso judicial: Idade média da frota de 7 anos.

Considerando que as atividades de polícia judiciária desempenhadas pela Polícia Federal requerem adaptações especiais dos veículos (assessórios e equipamentos de uso policial), e considerando que a frota é exposta a condições de risco, a aquisição de veículos é a forma recomendada.

Com vistas a preservar a frota e mantê-la em condições adequadas de uso, esta UJ possui dois contratos com empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel comum e álcool) em rede de postos credenciados, e na prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva.

A manutenção preventiva e corretiva da frota, com fornecimento de peças, acessórios e serviço de guincho, representou um gasto total de R\$ 399.389,11 em 2013 (2012 - R\$ 308.383,00), distribuídos entre: prestação de serviços no montante de R\$ 114.141,13 (2012 - R\$ 90.504,00) e fornecimento de peças no montante de R\$ 285.247,98 (2012 - R\$ 217.879,00).

O controle de manutenção e abastecimento de viaturas é realizado pelos funcionários do NUTRAN e, nas delegacias descentralizadas, pelos servidores indicados para esta função. São utilizadas ferramentas de gestão disponibilizadas pelo sistema Valecard, empresa contratada para gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis, bem como administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos com fornecimento de peças.

O NUTRAN dispõe de diversos relatórios de controle que propiciam um acompanhamento generalizado dos gastos despendidos com os veículos, tais como os relatórios Análise de Consumo de Combustível, Análise de Consumo por Motorista, Extrato por Veículo, Faturamento Sintético Composto, Demonstrativo de Manutenção Analítico, entre outros.

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 39 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união (Quadro A.6.2.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF MG	Σ	Σ
	Belo Horizonte	07	06
	Contagem	00	01
	Confins	00	00
	Divinópolis	00	00
	Governador Valadares	01	01
	Juiz de Fora	02	02
	Montes Claros	01	01
	Uberaba	01	01
	Uberlândia	03	03
Varginha	00	00	
Subtotal Brasil		15	15
EXTERIOR	Não há para a circunscrição da SRMG		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		15	15

Fonte: Dados obtidos junto ao SPIUNET e levantamento realizado pelo GTED.

Observações:

1) A quantidade de imóveis permaneceu igual, mas a distribuição espacial entre os mesmos foi alterada, tendo em vista ajustes no sistema SPIUNET, que só deve ter em registro, imóveis de Uso Especial da União. Por isso foram excluídos os imóveis de Contagem (Cessão de uso pela CBTU), Divinópolis (imóvel em Cessão de Uso pela Prefeitura Municipal de Divinópolis) e Varginha (imóvel locado de terceiros).

2) A hachura na tabela acima, referente à cidade de Uberaba: trata-se de imóvel não cadastrado no sistema SPIUNET, apesar de ser sede da descentralizada há mais de 10 anos. A documentação que regularizaria o imóvel já foi encaminhada à SPU, e a SR/DPF/MG aguarda a expedição do Termo de Recebimento para inclusão no sistema.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

6.2.2 – Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro 40 – Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional (Quadro A.6.2.2)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel (R\$)			Despesas no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200350	4123.00207.500-5	13	Reparos importantes	-	30/12/2013	11.131.308,64	-	-
200350	4123.00221.500-1	13	Reparos importantes	-	27/12/2012	543.391,00	-	-
200350	4123.00249.500-4	13	Bom	-	07/11/2013	3.928.397,38	-	43.632,00
200350	4123.00282.500-4	13	Regular	-	07/11/2013	78.975.386,89	790.894,41	187.800,00
200350	4123.00396.500-4	13	Bom	-	07/11/2013	2.089.433,05	-	43.632,00
200350	4123.00398.500-5	13	Bom	-	07/11/2013	519.590,76	-	43.632,00
200350	4123.00400.500-4	13	Bom	-	07/11/2013	504.541,51	-	14.544,00
200350	4553.00113.500-1	13	Bom	-	07/11/2013	3.027.628,06	-	43.632,00
200350	4733.00172.500-1	13	Bom	-	07/03/2014	4.951.377,71	-	72.720,00
200350	4733.00174.500-2	13	Bom	-	07/03/2014	17.592.592,56	-	14.544,00
200350	4865.00046.500-0	13	Sem benfeitorias	-	07/11/2013	1.346.741,54	-	-
200350	5403.00288.500-7	13	Reparos importantes	-	07/11/2013	4.114.600,00	-	87.312,00
200350	5403.00418.500-2	13	Sem benfeitorias	-	07/11/2013	474.610,50	-	-
200350	5403.00420.500-3	13	Novo	-	07/11/2013	2.786.218,68	-	-
Total							790.894,41	551.448,00

Fonte: Dados obtidos junto aos sistemas SPIUNET, SIASG, SIAFI e levantamento realizado pelo GTED.

Análise Crítica:

- 1) Não foi possível determinar o valor histórico dos imóveis relacionados acima, pois a maioria deles foi construída ou cedida há mais de 20 anos, não tendo em arquivo com os dados que relacionem tais valores. Outros ainda foram objeto de transferência de unidade gestora pela SPU e de difícil caracterização;
- 2) Os valores listados para manutenção dos imóveis foram encontrados nos contratos de manutenção predial no exercício de 213, separando os valores para cada unidade considerada. Não foram considerados nesse cálculo gastos com compra de materiais, somente contratação de mão de obra pelo Contrato de Manutenção Predial;
- 3) Para os valores relacionados de manutenção das instalações dos imóveis foram realizados levantamento de todas as obras e serviços realizados no exercício de 2013 para melhoria, por meio de consulta aos sistemas contábeis SIAFI e SIASG, considerando as obras em andamento no período. Ficaram de fora dessa estimativa os gastos com estudos e projetos (para o exercício de 2013 foi gasto com estudos e projetos o valor total de R\$ 226.321,01);
- 4) Da relação acima, em comparação com os imóveis informados no Relatório de Gestão anterior, foram excluídos os imóveis que não são propriedade da União. Conforme já descrito no quadro 39, o imóvel de Uberaba não consta da relação do quadro acima, pois até

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

o momento não foi registrado no SPIUNET por falta de documentação que se encontra em posse da SPU.

6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 41 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (Quadro A.6.3)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	UF - MG	Σ	Σ
	Divinópolis	00	01
	Montes Claros	01	01
	Varginha	01	01
Subtotal Brasil		02	03
EXTERIOR	Não há para a circunscrição da SRMG		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		02	03

Fonte: Dados obtidos junto ao Setor de Contratos e Grupo Técnico de Edificações da SR/DPF/MG.

Observação: Retifica-se a informação do relatório de gestão anterior, já que os imóveis de locação de terceiros não são inclusos no SPIUNET, que tratam apenas de imóveis de uso especial da União. Os imóveis que foram cadastrados são de lotes destinados para futuras sedes, já incorporados, mas não ocupados. Os imóveis acima são de locação de terceiros, sendo que o de Divinópolis não é locado e sim sob regime de concessão de uso pela Prefeitura Municipal de Divinópolis, sendo excluído do sistema SPIUNET.

GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL

7 - ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

7.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 42 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis (Quadro A.8.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
<p>A SR/DPF/MG tem levado em conta vários critérios para aplicação da sustentabilidade ambiental nas diversas fases de aquisição de produtos e matérias primas, conforme as etapas a seguir:</p> <p>✓ Extração, fabricação e utilização de produtos: nas especificações de produtos a serem fornecidos é realizada ampla pesquisa no mercado para especificação de materiais que possam ser reciclados e reutilizados, como divisórias, luminárias, louças e metais sanitários e forros removíveis. Esses materiais também têm uso eficiente, pois são produzidos com tecnologia para atingir eficiência energética, economia de água, dentre outros aspectos. Nas licitações são colocados dispositivos que obrigam as empresas a apresentar soluções ambientalmente sustentáveis, com indicação de leis e penalidades.</p> <p>✓ Descarte de produtos: para o descarte em obras públicas, é indicada no Edital de Licitação a necessidade de atendimento à Resolução 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente que prevê gerenciamento de resíduos sólidos eficiente. Para o descarte da própria Administração, foi implementado eficiente sistema de coleta e separação de resíduos recicláveis, que são armazenados e dispostos para coleta da Prefeitura de Belo Horizonte, conforme convênio firmado entre as duas entidades. Também há um sistema de coleta de lâmpadas e baterias com destinação certa, evitando a contaminação de lençóis freáticos da natureza. Está sendo implantado um sistema de coleta e separação de resíduos oriundos de oficina mecânica, evitando que sejam lançados na rede de esgoto convencional (para esse caso em especial, a obra de implantação da rede de coleta está quase pronta, sendo que será realizada licitação com empresa especializada para coleta e tratamento do resíduo).</p>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
A aquisição de alguns produtos seguem esse parâmetro, como a compra de papel reciclável.					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
<p>Não há normativo nos editais de licitação quanto à exigência da empresa ser certificada e sim quanto ao produto. Na especificação do material e do serviço preocupa-se apenas em exigir o fornecimento de produto certificado, como a compra de papel reciclado ou utilização de produtos não poluentes para dedetização de ambientes, não sendo pré-requisito que a empresa que o forneça seja certificada para fornecimento de tal produto ou serviço.</p>					

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p><i>A SR/DPF/MG tem continuado com a opção por torneiras com arejador (que reduzem o consumo de água em 40%), torneiras com fechamento automático (evitando o desperdício), bacias sanitárias com caixa acoplada (limitam o uso de água por acionamento), lâmpadas econômicas de 16 e 32 watts com reatores econômicos acoplados (iluminam mais, consumindo menos energia), dispositivo de desligamento automático do sistema de irrigação para o caso de ocorrência de chuvas (o dispositivo evita o gasto de água com irrigação se tiver ocorrido chuva no dia), uso de relés fotoelétricos em lugares de pouco acesso (desligamento automático de lâmpadas em locais onde o fluxo de pessoas é reduzido, promovendo economia de energia). A redução observada nas contas de água tratada e energia elétrica se mantiveram no exercício de 2013.</i></p>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p><i>A SR/DPF/MG adquiriu papel reciclado.</i></p>				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. <p><i>Após a implementação da Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental para contratação de serviços e obras de engenharia, a SR/DPF/MG se preocupou em inserir no Projeto Básico e Executivo de suas obras parâmetros que levassem em conta a redução de consumo de água e energia, com utilização de tecnologias para redução do impacto ambiental. O projeto de sistema de aproveitamento de água de chuva, primeira etapa, já foi totalmente realizado em obra no exercício de 2012, contemplando coleta e condução de águas de chuva. A segunda etapa, qual seja o tratamento e distribuição depende da chegada de recursos orçamentários, até o momento sem previsão.</i></p>					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p><i>Nos últimos exercícios a SR/DPF/MG tem realizado diversos programas de treinamento, reciclagem e atualização de conceitos entre os servidores, em programas de treinamento realizado pela equipe de T&D (Telecentro). Nessas campanhas são utilizados diversos meios de comunicação, como palestras, distribuição de folders e avisos nos corredores, comunicações na intranet e via e-mail oficial de todos os servidores, visando à comunicação entre todos para a conscientização para redução no consumo de água,</i></p>				X	

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>energia elétrica, reciclagem de materiais e outras práticas ambientais.</i>					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
<i>Nos últimos exercícios a SR/DPF/MG tem promovido campanhas de conscientização dos servidores sobre a importância na preservação do meio ambiente, com destaque para o Segundo Encontro do Programa Carbono Zero em parceria entre SELOG (Setor de Administração e Logística Policial) e DELEMAPH (Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente), com plantio de mudas em áreas de reflorestamento e conscientização ambiental para a comunidade. Além dessa prática são fomentados banners e folders de conscientização ambiental do público interno e externo sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, com disque denúncia sobre queimadas e outros crimes contra o meio ambiente.</i>					
<i>Considerações Gerais: Diante das considerações em cada item apontadas acima, pode-se dizer que a SR/DPF/MG tem contribuído eficientemente para a melhoria do Meio Ambiente, empregando diversas diretrizes para conscientização de servidores e público em geral, bem como compra e aquisição de bens e serviços que se amoldam aos critérios de sustentabilidade para economia de água e energia, bem como a destinação de resíduos sólidos e líquidos, evitando a contaminação do lençol freático e do meio ambiente.</i>					
LEGENDA <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 43 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (Quadro A.8.2)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Não possui.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (Em R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas de papel)	4.990	4.455	4.305	42.149,64	37.518,03	36.232,93
Água (m ³)	11.236	13.259	13.685	102.544,00	121.390,00	122.532,00
Energia Elétrica (kW/h)	1.679.292	1.711.960	1.631.831	683.302,55	759.844,70	697.846,60
			Total	827.996,19	918.752,73	856.611,53

Fonte: Faturas e Sistema de Almoxarifado (e-Log)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Na questão de gestão ambiental, a UJ realizou a substituição de copos plásticos descartáveis por copos de papel biodegradável, tendo sido ainda possível usá-los com imagem impressa para disseminar campanha de conscientização ambiental para redução de consumo e a reutilização dos copos.

Os copos começaram a ser usados em meados de agosto de 2013, resultando na redução de consumo de 265.200 copos descartáveis de plástico para água ou café, para 120.068 copos de papel. O consumo médio mensal de copos plásticos era de 37.885 unidades, reduzindo para 24.013 unidades de copos de papel. Vale destacar que o ganho com a mudança não foi apenas na redução de consumo, pois os copos plásticos quando descartados no meio ambiente demoram até 200 anos para decomposição total, enquanto os copos de papel biodegradável requerem 90 dias para serem decompostos.

Mesmo apresentando essa redução significativa no consumo, o custo unitário do copo de papel biodegradável é bastante superior ao custo do copo de plástico. Assim, considerando que essa mudança é recente, esta UJ está analisando a sua viabilidade financeira.

Também foram implantadas mudanças na gestão para aquisição de papel, com a substituição do papel reciclado pelo papel branco. A substituição foi feita em razão de danos causados nas impressoras pelo pó que é gerado pelo papel reciclado, bem como pelo impacto causado nos arquivos de imagens geradas a partir de documentos impressos com o papel reciclado. O impacto com o retorno ao papel branco foi atenuado com a valorização das compras de papel de fabricantes que priorizam fontes de extração sustentável de madeira.

Esta UJ não aderiu a programas de sustentabilidade, contudo, conforme descrito no subitem 7.1 anterior, realiza práticas de sustentabilidade.

Foi constituída, no âmbito dessa Superintendência Regional, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, composta por três servidores administrativos e dois servidores policiais, em atendimento à Mensagem Oficial Circular de nº 12/12-DLOG, de 17.12.12; e ainda, considerando a Instrução Normativa de nº 10/12-MPOG, de 10.12.12, publicada no DOU de n. 220, Seção 1, página 113, de 14.11.12; a Portaria de nº 127-Secretaria de Orçamento Federal, de 13.11.12, publicada no DOU de n. 220, Seção 1, página 114, de 14.11.12; e o Decreto de nº 7746, de 05.06.12.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS elaborado por essa Comissão segue como anexo a este Relatório de Gestão. Importante destacar o relatório da Comissão do PLS possui diversos anexos. Considerando que esses anexos são muito extensos, apenas o relatório da Comissão segue como anexo a este Relatório de Gestão.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8 - ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

Esta UJ não possuía deliberações do TCU pendentes de atendimento em 2012 e não possui recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício, conseqüentemente, os itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.2.2 da Portaria TCU nº 175/2013 não são aplicáveis e os quadros A.9.1.1, A.9.1.2 e A.9.2.2 não foram preenchidos.

Esta UJ não possui Unidade de Auditoria Interna, conseqüentemente, o item 9.3 da Portaria TCU nº 175/2013 não é aplicável.

8.1 – Tratamento de Recomendações do OCI

8.1.1 – Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 44 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Quadro A.9.2.1)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais - SR/DPF/MG			01145
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108884	1.1.2.1 Bens Imobiliários	Memorando nº 00663/2011-CGU/MG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais - SR/DPF/MG			01145
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se registrar as informações relativas à gestão dos bens imóveis de uso especial de responsabilidade da Unidade no Sistema SPIUnet, de forma a refletir a situação atualizada dos mencionados bens, em observância ao disposto na Portaria SPU nº 206, de 08 de dezembro de 2000 e na Portaria Interministerial STN/SPU nº 322, de 23 de agosto de 2001.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor de Administração e Logística Policial - SELOG-MG			22675
Síntese da Providência Adotada			
Conforme relatado no Relatório de Gestão de 2012, a maior parte dos ajustes dos saldos contábeis e do sistema SPIUnet e da avaliação dos bens imóveis já havia sido realizada durante o exercício de 2012, restando apenas alguns imóveis.			
Os ajustes pendentes dos saldos contábeis e do sistema SPIUnet foram regularizados e finalizados em março de 2013, conforme já comprovado pela imagem do sistema SIAFI anexada no relatório de gestão anterior.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Com a regularização dos saldos, pôde-se cumprir as diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10, em relação aos bens imóveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O treinamento do servidor responsável pela regularização dos bens imóveis realizado em 2012 para operar o Sistema SPIUnet possibilitou a regularização dos saldos contábeis.			

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

8.2 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.2.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 45 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.9.4.1)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	9	10	33
	Entregaram a DBR	9	10	33
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Controle Interno do SRH/SR/DPF/MG

Todas as chefias de cargos DAS e funções de confiança (FG) cumpriram as obrigações.

8.2.2 – Situação do Cumprimento das Obrigações

O gerenciamento da DBR fica a cargo do Setor de Recursos Humanos - SRH. Anualmente, nos meses de janeiro e fevereiro, o SRH verifica quais servidores são obrigados a entregar a DBR, mantendo lista de todos os servidores que entregaram a Autorização de Acesso (entregue somente uma vez) ou a DBR (entregue anualmente).

Não existe na Superintendência Regional de Minas Gerais um sistema informatizado para controle da DBR. A documentação é alimentada em uma planilha eletrônica nominal. O servidor deve entregar a DBR ou a Autorização em papel ou por e-mail institucional, sendo o documento arquivado em sua pasta funcional.

A maioria dos servidores opta por entregar a Autorização de Acesso. Quando algum servidor entrega a DBR não é feita análise pelo SRH de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a renda recebida, porém, como a documentação encontra-se arquivada na pasta do servidor esta análise poderá ser realizada a qualquer momento.

Houve resultado satisfatório com a entrega de 100% da DBR pelos servidores que ocupam/ocuparam grupo de direção e assessoramento superior e funções gratificadas no ano de 2013.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013


8.3 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro 46 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013 (Quadro A.9.5)

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
9	9	-	-	-	-	-	-	-

8.4 – Alimentação SIASG e SICONV

Quadro 47 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV (Quadro A.9.6)

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Wenderson do Carmo Maia, CPF nº 027.439.956-37, Perito Criminal Federal, exercido na Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais (SR/DPF/MG) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Belo Horizonte, 18 de março de 2014.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">  WENDERSON DO CARMO MAIA CPF: 027.439.956-37 PERITO CRIMINAL FEDERAL / SR/DPF/MG </div>

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

9 - ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Os canais de acesso de que o cidadão e/ou os veículos de comunicação possuem para contatar a Comunicação Social da SR/DPF/MG são os telefones (31) 3330-5200 (número geral da Superintendência), (31) 3330-5270 e (31) 3330-5253 (os dois últimos pertencentes ao setor em questão). Há, também, o endereço de e-mail cs.srmg@dpf.gov.br, por meio do qual a Comunicação Social da SR/DPF/MG recebe demandas da imprensa e os mais diversos tipos de mensagens da sociedade.

O setor de Comunicação Social desta UJ não dispõe de informações gerenciais e estatísticas sobre atendimento às demandas.

9.2 - Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

A Comunicação Social da SR/DPF/MG não possui mecanismos para medição de satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

9.3 - Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

O setor de Comunicação Social desta UJ não dispõe de informações acerca de realização de pesquisas de opinião com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade nos últimos três anos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10 - ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

Considerando que esta UJ não é uma empresa estatal e não está obrigada a apresentar demonstrações contábeis, os itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 da DN TCU nº 127/2013 não foram preenchidos.

10.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, esta UJ realiza a depreciação de bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta Gestão Eletrônica de Administração e Logística (e-LOG), pelo método linear. As taxas utilizadas para os cálculos foram aquelas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema e-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBC T 16.10, esta UJ procedeu à avaliação dos bens imóveis, de acordo com os critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30. Sob o ponto de vista gerencial, esta reavaliação permitiu mensurar os imóveis com valores mais fidedignos e próximos do real valor de mercado. Ajustes pontuais têm sido realizados na execução de contratos de obras existentes, bem como da atualização de valores e períodos de avaliações presentes no sistema SPIUNET, buscando sua integração ao SIAFI.

Quanto aos bens móveis previstos no Manual SIAFI, foi concluído o trabalho de levantamento físico dos bens em todas as delegacias e setores que integram a SR/DPF/MG. Foram identificadas divergências entre os bens registrados no e-LOG e os bens identificados fisicamente. Atualmente, a comissão de inventário está procedendo ao confronto minucioso entre os bens excedentes e aqueles não localizados, de forma a buscar a redução das divergências. Após a finalização desse trabalho, serão realizados os ajustes necessários nos registros contábeis e no e-LOG. Assim, a reavaliação e/ou redução a valor recuperável de ativos dos bens móveis deverá ser realizada no ano de 2014, sendo necessária a prévia conclusão dos trabalhos de inventário.

Os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos são os seguintes:

- a) Disponibilidades - são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) Títulos de crédito e obrigações - são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Estoques - são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) Investimento - A UJ não possui;
- e) Imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares - mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção, deduzido do respectivo saldo de

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

depreciação. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;

- f) Intangível - mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do e-LOG, será deduzido da correspondente amortização;
- g) Diferido - A UJ não possui.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social. Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF atualizar seus registros de bens de forma tempestiva, conforme as instruções emanadas do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.2.1 - Declaração com Ressalva

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Quadro 48 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada (Quadro A.11.2.2)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL EM MINAS GERAIS - SR/DPF/MG			200350
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belo Horizonte - MG	Data	27/01/2014
Contador Responsável	ANDRE LUIZ RODRIGUES	CRC n°	MG-79165

Andre Luiz Rodrigues

SEÇÃO IV

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11 - ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

11.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Durante o ano de 2013, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais participou efetivamente das ações relacionadas à segurança da Copa das Confederações (FCC 2013), além de várias outras atividades visando à preparação da segurança para a Copa do Mundo (FWC 2014), considerando-se suas atribuições constitucionais e legais, bem como a circunscrição.

Como é sabido, em todos os Estados-sede de jogos foram criadas Coordenações Regionais de Segurança de Grandes Eventos, que são subordinadas hierarquicamente aos respectivos Superintendentes Regionais, e tecnicamente à Coordenação de Segurança de Grandes Eventos, ligada à DIREX, cuja missão precípua é buscar a padronização das ações que serão levadas a efeito em todo o país.

O Coordenador Regional de Segurança de Grandes Eventos, por sua vez, exerce dupla função: coordenar as atividades do DPF em grandes eventos no âmbito estadual e, em atendimento à Portaria n. 50/2012, da Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos, atuar como Presidente da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos. Referida Comissão tem como principal objetivo a criação de um protocolo de atuação integrada para todas as instituições cujas atividades estejam, de alguma forma, relacionadas à segurança pública, e que serão demandadas quando da realização da Copa.

A mencionada Comissão foi formalmente instalada em 2012, bem como suas oficinas temáticas, e desde então os protocolos são discutidos pelos técnicos indicados por cada instituição relacionada, sendo que a Polícia Federal participa em todos os assuntos que lhe dizem respeito (tais como imigração e segurança aeroportuária, segurança cibernética, bombas e explosivos, inteligência, comunicações, segurança de dignitários e outros). Pode-se atribuir o sucesso das ações de segurança na Copa das Confederações à integração dos órgãos de segurança pública, aliada ao planejamento institucional com a riqueza de detalhes suficiente para se cobrir todo o evento.

A cidade recebeu os seguintes jogos:

- Thaiti x Nigéria (17/06/2013);
- Japão x México (22/06/2013);
- Brasil x Uruguai (26/06/2013).

Apesar de ser considerado por muitos como um “evento-teste” para a Copa do Mundo, o torneio em questão é tido também com um grande evento, e dessa forma há que se aplicar, no âmbito da Polícia Federal, o Manual de Atuação da Polícia Federal em Grandes Eventos no que se refere às suas atribuições institucionais.

Nesse sentido, foram 19 (dezenove) áreas que demandaram planejamento e execução dentro de um projeto macro, tendo sido exatamente o que ocorreu durante o ano de 2013 para a Copa das Confederações (FCC2013), além de já terem sido iniciadas ainda naquele ano as medidas preparatórias para as ações de segurança a serem levadas a efeito na Copa do Mundo (FWC2014).

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Em tempo, as mencionadas áreas são as seguintes:

- I. Comando e Controle;
- II. Aviação Operacional;
- III. Comunicação Social;
- IV. Controle de Armas;
- V. Controle de Segurança Privada;
- VI. Controle Migratório;
- VII. Cooperação Policial Internacional;
- VIII. Corregedoria;
- IX. Identificação de Vítimas de Desastres (DVI);
- X. Inteligência e Antiterrorismo;
- XI. Logística;
- XII. Operações Especiais;
- XIII. Polícia de Fronteiras;
- XIV. Polícia Marítima;
- XV. Segurança Aeroportuária;
- XVI. Segurança Cibernética;
- XVII. Segurança de Dignitários;
- XVIII. Telecomunicações;
- XIX. Vistorias e Contramedidas.

Por motivos óbvios, frise-se, não houve em Minas Gerais planejamento específico referente a Polícia de Fronteiras e Polícia Marítima, e no que se refere à Aviação Operacional o plano foi centralizado pela especializada respectiva (CAOP/DPF).

Já na fase de execução, a Administração do DPF optou por estabelecer “estados coirmãos”, ou seja, estados escolhidos como sede na Copa do Mundo, mas que não participariam da FCC2013. Nesse aspecto, Minas Gerais contou com a valorosa participação de policiais federais do Estado do Rio Grande do Sul, além de outros, em menor número, provenientes do Estado de Santa Catarina. Tal medida teve como principal finalidade proporcionar a troca de experiência e auxiliar na operação propriamente dita.

Houve também o apoio de servidores atuantes em áreas específicas (como telecomunicações e identificação, por exemplo), e que foram recrutados de outras localidades, como Espírito Santo e Brasília, além de representantes da própria CGE para acompanharem os trabalhos.

O restante do efetivo empregado foi proveniente do próprio estado, incluindo as Delegacias de Polícia Federal estabelecidas no interior (Montes Claros, Divinópolis, Governador Valadares, Uberaba, Uberlândia, Varginha e Juiz de Fora). Estes, por sua vez, se deslocaram em viaturas policiais, que também foram utilizadas para o desempenho das missões institucionais.

Com o incremento do efetivo na SR/DPF/MG para o evento, portanto, foi necessária a instalação de uma estrutura provisória (*containers*), que funcionou em uma das áreas de estacionamento da sede, e que abrigou a Coordenação Regional de Segurança de Grandes Eventos – CRGE e outras Coordenações Operacionais, cuja demanda do serviço tornou necessária sua existência, já que o espaço na Superintendência não era suficiente.

Finalmente, passada a Copa das Confederações, ainda no ano de 2013 foram iniciadas as ações preparatórias para a atuação da Polícia Federal na segurança da Copa do Mundo 2014.

Uma das primeiras medidas foi o recrutamento de policial lotado em unidade do interior de MG, com capacitação em gerenciamento de projetos, para atuar como gerente do programa de

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

atuação da PF na segurança da FWC. Esta, por sinal, é a metodologia empregada pela Polícia Federal em todo o país para controlar as atividades e prazos relacionados ao planejamento e à execução das atividades relacionadas à segurança na Copa.

Além disso, foi providenciada, também, a capacitação de outros policiais na Metodologia de Gestão de Projetos da Polícia Federal, além de outras áreas cuja atuação do órgão será necessária.

Para 2014, está prevista a realização da Copa do Mundo entre os dias 12 de junho e 13 de julho, sendo que Belo Horizonte será sede de 6 (seis) jogos. Abrigará ainda o Centro de Treinamento das Seleções de Argentina e Chile, ao passo que a seleção do Uruguai ficará baseada na cidade de Sete Lagoas/MG. Até lá, há previsão de que os protocolos de atuação integrada sejam testados por meio de exercícios simulados, utilizando-se para tanto jogos do Campeonato Mineiro e/ou da Copa Libertadores da América que sejam de interesse e apresentem movimento e características compatíveis com grandes eventos, e que se mostrem hábeis ao cumprimento do objetivo de testes.

SÉRGIO BARBOZA MENEZES
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/MG

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

**COMPLEMENTO DE INFORMAÇÕES DO QUADRO 42 (A.8.1) DO ITEM 7.1 DESTE
RELATÓRIO**

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

Superintendência Regional de Polícia Federal de Minas Gerais

SR/DPF/MG

Belo Horizonte

2013

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável:

PCF WENDERSON DO CARMO MAIA	(SELOG/SR/DPF/MG)
AADM CELSO FERREIRA DOS SANTOS	(NAD/ SELOG/SR/DPF/MG)
AADM MAURO ÂNGELO AMADO DA SILVA	(NUTRAN/ SELOG/SR/DPF/MG)
APF DANIEL CARVALHO DOS SANTOS	(GTED/ SELOG/SR/DPF/MG)
AADM FENELON PORTILHO D'ASSUNÇÃO	(NTI/SR/DPF/MG)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

1 INTRODUÇÃO

A questão da sustentabilidade no atual cenário mundial é preocupação constante em todas as organizações, visto que a responsabilidade de suprimento das necessidades atuais sem o comprometimento das gerações futuras é tarefa de todos. Cada vez mais, as instituições das quais incluem o governo, empresas, organizações não governamentais, cooperativas etc. estão engajadas na busca por práticas que resguardem a preservação dos recursos naturais de nosso planeta, bem como para a correta destinação dos recursos utilizados, de forma a minimizar o impacto das operações.

Apesar de a iniciativa parecer lógica e óbvia, a direção tomada pelas organizações em nível mundial, tendo em vista a revolução industrial, crescimento da população mundial, ascensão do capitalismo e da sociedade do consumo, com conseqüente aumento da demanda por recursos naturais apontou para outra direção, num sentido que levaria ao esgotamento dos recursos e o acúmulo exacerbado e inadministrável de rejeitos.

Deste modo, com vistas a mudar a direção que a humanidade caminha, por meio de ações concretas, observa-se a importância de se pensar e planejar a sustentabilidade nas operações das instituições públicas, notadamente o Poder Executivo Federal e, por conseguinte, a Polícia Federal.

2 OBJETIVO

Este Plano de Gestão de Logística Sustentável tem por objetivo balizar o planejamento e definir as responsabilidades, as ações, as metas e os mecanismos de controle da adoção de práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos, no âmbito da Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais (SR/DPF/MG).

3 ATUALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS

A atualização do inventário de bens e materiais desta unidade gestora (SR/DPF/MG) encontra-se explícita nos Anexos I e II, relativos a bens e material de consumo, respectivamente.

4 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

No âmbito da SR/DPF/MG, bem como de suas delegacias descentralizadas, já vem sendo adotada uma série de práticas, voltadas para a sustentabilidade, conforme a seguir:

4.1 Compras e contratações sustentáveis

No presente exercício foi providenciada a aquisição de copos biodegradáveis em substituição aos copos de plástico descartáveis convencionais. Em paralelo a tal ação, foi providenciada campanha de conscientização com o intuito de promover a redução do consumo de copos descartáveis, com ampla divulgação nas unidades.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

A SR/DPF/MG adota a prática de compra de papéis para impressão oriundos de fontes renováveis ou papéis reciclados. Objetiva-se manter tal premissa de compra. Além disso, a aquisição de todas as impressoras, desde 2010, possuem o requisito de impressão frente e verso.

Com respeito à aquisição de cartuchos tonners para as impressoras da SR/DPF/MG, adotou-se como prática a aquisição dos mesmos de empresas que estabelecem a logística reversa, ou seja, o recolhimento dos cartuchos usados e sua adequada destinação com foco na sustentabilidade e redução do impacto ambiental do descarte.

Com relação à contratação de obras e serviços de engenharia, a SR/DPF/MG, tem levado em conta diversos critérios para aplicação de práticas de sustentabilidade ambiental, ao incluir nos Projetos Básicos das contratações dispositivos da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, indicando subsídios para a economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução de consumo de água e energia, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzem o impacto ambiental, conforme o que segue:

- Utilização de equipamentos de refrigeração mecânica com uso de energia elétrica apenas em ambientes indispensáveis, adotando-se elementos de arquitetura como brises, persianas e películas refletivas para reduzir a necessidade de utilização de tais equipamentos e/ou a utilização em períodos curtos no dia, com economia de energia elétrica;
- Execução de projetos de iluminação com uso de interruptores por ambiente, iluminação indireta de janelas, coberturas translúcidas e utilização de luminárias com alta refletância, diminuindo a distribuição das mesmas no interior das edificações, com economia de energia elétrica;
- Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas e tubulares de alto rendimento, aliadas a luminárias de alta refletância, diminuindo a necessidade de aumento de unidades de iluminação com conseqüente redução no consumo de energia elétrica;
- Uso de energia solar para aquecimento de água nas edificações novas ou em reforma, com queda no consumo de energia elétrica. Novos projetos em estudo na unidade já contemplam essa premissa;
- Sistema de medição de água individualizado para cada nova unidade a ser construída, com queda no consumo de água. Para sistemas de energia, é realizado estudo junto à Concessionária a fim de encontrar a melhor opção de fornecimento (adoção de sistema individualizado de energia ou ampliação do sistema existente);
- Sistema de aproveitamento de água de chuva, agregando ao sistema hidráulico existente a distribuição em descargas e mictórios, bem como a lavagem de carros, em fase de implantação na SRMG e premissa básica para novas unidades;
- Utilização de materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, como uso de tintas especiais para fachadas, telhas biodegradáveis e reservatórios de água em material resistente.

Além dessas práticas, a SR/DPF/MG também adota o Sistema de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil com separação e descarte apropriado para diversos resíduos, destinando-os a empresas do ramo de aproveitamento, reduzindo significativamente o descarte final de produtos, com atendimento à Resolução nº 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

A SR/DPF/MG tem como meta a realização de estudos para redução do consumo de materiais na construção civil, com premissas para uma fiscalização mais aprimorada diante dos prestadores de serviços, evitando-se práticas como o preparo de grande volume de material sem a sua devida aplicação, gerando perdas com aumento significativo de descarte de produtos.

Outro ramo de atuação, como meta para a SR/DPF/MG, é o estudo de materiais já aplicados para novas soluções de engenharia, reaproveitando-os a outros contextos, diminuindo assim o descarte e/ou a necessidade de aplicação de novos materiais.

4.2 Energia Elétrica, Água e Esgoto

No que tange as despesas com energia elétrica, foram realizadas diversas ações em conjunto com o Escritório de Gestão de Projetos Setorial, tais como:

- a) Levantamento do passivo de contas e negociação com a concessionária local;
- b) Readequação de custos com a reclassificação de demanda contratada, pautado no estudo das cobranças e demanda passada;
- c) Mudança de estratégia de conexão à rede pública no triângulo (Base GISE e DPF/UDI/MG);
- d) Agrupamento dos vencimentos e do endereço de entrega das contas com vistas a facilitar o controle e fiscalização e se evitar o pagamento de multas por atraso;
- e) Acompanhamento rígido do consumo e eventual variação deste.

Como se pode observar, diversas das intervenções foram pontuais e o benefício já foi obtido, não sendo necessária a continuidade. No entanto, pretende-se perenizar a fiscalização efetiva e monitoramento de variações do consumo com eventual ajuste da demanda contratada.

Com respeito ao diagnóstico da situação das instalações elétricas, a SR/DPF/MG padece pela carência de profissionais com a formação/capacitação específica para as análises. A busca de recomposição do GTED, com profissional de Engenharia Elétrica, continua sendo necessária.

De forma similar, as ações relacionadas nos itens “d” e “e” foram tomadas no que tange a consumo de água. Pretende-se implantar até 2014 o aproveitamento da água de chuva para a lavagem de veículos e irrigação no âmbito da SR/DPF/MG.

Na mesma direção, a sede da SR/DPF/MG passou por recente reforma que incluíram as instalações hidrossanitárias, permitindo que a unidade usufrua do uso de instalações mais eficientes, tais como as torneiras com aerador que reduzem o consumo de água.

4.3 Limpeza e coleta seletiva

A contratação da limpeza nas unidades da Polícia Federal em Minas Gerais tem como premissa o dimensionamento pautado na produtividade e área, desvinculando-se da contratação de postos, com foco na eficiência. Desta forma, as melhores práticas, já vêm sendo adotadas na contratação do serviço de limpeza da SR/DPF/MG.

A SR/DPF/MG implantou a coleta seletiva dos resíduos desde jul/2010. Deste modo, considera-se a iniciativa bem sucedida e tem-se como meta a manutenção da adequada destinação do lixo gerado na sede. Não obstante o sucesso da iniciativa, intenta-se a condução de nova

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

campanha de conscientização, não apenas trazendo novos cartazes informativos, mas também a divulgação dos resultados já alcançados junto à Cooperativa beneficiada pela coleta seletiva solidária.

4.4 Tecnologia da Informação

No âmbito da Tecnologia da Informação (TI) realizou-se o desenvolvimento de programas de computador, capazes de lidar com arquivos e documentos e enviá-los, se necessário, de forma online, dispensando impressão em papel, uma vez que os documentos transitam de forma virtual. É o caso da Ordem de Missão Policial, Ordem de Serviço Administrativo, Programa COR, Programa DELESP, Programa Embarque Armado, Programa de Recados, Programa SRH, etc.

No esforço de se economizar energia com a climatização de ambientes, foi providenciada a concentração de equipamentos que necessitam de resfriamento em ambiente único, de modo a minimizar os ambientes com refrigeração robusta.

Após verificar equipamentos de impressão baixados e enviados para o depósito, devido à inviabilidade econômica do reparo, houve a constatação de que havia vários equipamentos semelhantes. Sendo assim, foi possível reparar equipamentos utilizando-se de componentes de outros equipamentos avariados e descartados, evitando assim a aquisição de novos. Deste modo, foi implantada a prática de reutilização de partes sãs de equipamentos de impressão retirados de serviço, utilizando modelos semelhantes para substituição de componentes defeituosos.

Foi adotada a premissa em todas as unidades de Minas Gerais de uso da impressão frente e verso, salvo os casos onde há restrição de tal uso.

4.5 Programa Carbono Neutro

A Polícia Federal instituiu o Programa Carbono Neutro desde 2008 para neutralizar as emissões de gases do efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO₂) inerentes às suas operações por meio do plantio de mudas de espécies arbóreas nativas. Desta forma, a SR/DPF/MG mantém regularmente o plantio anual de mudas, em parques naturais, para neutralização de suas operações, pautado no “Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa”, em que é realizado o levantamento do consumo de eletricidade, combustíveis e passagens emitidas.

4.6 Deslocamento de Pessoal

Não existe uma figura responsável pelo deslocamento de pessoal no âmbito da Polícia Federal. Pelas características dos trabalhos desenvolvidos as informações não estão disponíveis a um único setor, que trabalhe especificamente para deslocamentos de pessoas.

O que tem sido feito é a modernização da frota, com a substituição paulatina, de veículos mais antigos e usados por veículos novos e modernos, onde, por evolução tecnológica e um arcabouço de recursos mais avançados identifica-se a redução constante de emissão de substâncias poluentes. Alie-se ao fato de que, nas aquisições, existe a exigência dos veículos serem flex, ou seja, que utilizem tanto a gasolina, derivada do petróleo, como o álcool combustível/etanol, produzido a partir da cana de açúcar, ou seja, de uma fonte renovável de matéria prima.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

No mesmo sentido, com respeito aos veículos movidos a óleo diesel, os servidores são orientados a promoverem o abastecimento com Diesel S50 e S10, que possuem a característica de baixo teor de enxofre.

Já trabalhamos, também, com a gestão informatizada dos gastos de combustíveis, através de um contrato de gestão da aquisição. Desta forma, podemos controlar os gastos por veículo e direcionar as compras para postos de combustíveis próximos do local onde o veículo se encontra. Isto gera uma redução no consumo de combustíveis e, conseqüentemente, reduz a emissão de poluentes na atmosfera.

Sempre que possível busca-se obter custos ótimos para a administração pública com redução de impactos ao meio ambiente. As trocas de óleo são contratadas junto a empresas onde o óleo trocado é vendido ou cedido para empresas especializadas na reciclagem de derivados de petróleo.

Também, orienta-se aos servidores que, tendo a opção de utilização do etanol ou da gasolina, com custos equilibrados, seja feita a escolha do etanol por ser uma fonte energética renovável e sustentável.

Importante, seria planejar e se trabalhar, sempre que não inviabilizasse ou interferisse nos serviços, roteiros comuns de deslocamentos e viagens visando reduzir o consumo de combustíveis. Isto já é feito no âmbito do SELOG. Todavia, para aplicação desta medida, em um contexto mais amplo, é necessário que haja envolvimento de outras áreas que não apenas o SELOG, pois a maioria dos recrutamentos e deslocamentos são realizados por outros setores tais como a DREX, DRCOR e Delegacias Descentralizadas.

5 RESPONSABILIDADES, METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A metodologia de implementação do presente plano é pautada na conscientização de todos os servidores e colaboradores da necessidade de se pensar no meio ambiente e na busca pela sustentabilidade nas ações do dia-a-dia, bem como no estabelecimento das responsabilidades pela implantação e monitoramento do plano.

5.1 Responsabilidades

De acordo com o estabelecido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012, e temas mínimos sugeridos ficam estabelecidas as responsabilidades conforme detalhado nos itens a seguir, sendo que compete à área/setor/núcleo ou pessoa definida submeter à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável a sugestão de inclusão do controle de novos itens e criação e acompanhamento de novos indicadores, relacionados ao respectivo tema.

5.1.1 Material de consumo

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes aos materiais de consumo é do NAD/SELOG/SR/DPF/MG, que deverá elaborar a Lista de Materiais de Consumo constatare do Anexo I da referida IN, levantar e organizar os dados pertinentes, bem como realizar o cálculo dos indicadores constantes do Anexo III, da IN nº 10/2012-SLTI/MP, correlatos ao tema.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

5.1.2 Energia Elétrica

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes ao consumo de energia elétrica é do fiscal dos referidos contratos, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes, bem como realizar o cálculo dos indicadores constantes do Anexo III, da IN nº 10/2012-SLTI/MP, correlatos ao tema.

5.1.3 Água e Esgoto

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes ao consumo de água e esgoto é do fiscal dos referidos contratos, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes, bem como realizar o cálculo dos indicadores constantes do Anexo III, da IN nº 10/2012-SLTI/MP, correlatos ao tema.

5.1.4 Coleta seletiva

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes à coleta seletiva é da área de contratos do SELOG/SR/DPF/MG, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes.

5.1.5 Qualidade de vida no ambiente de trabalho

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes à qualidade de vida no ambiente de trabalho é do SELOG/SR/DPF/MG e do SRH/SR/DPF/MG, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes.

5.1.6 Telefonia fixa

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes à telefonia fixa é do NTI/SR/DPF/MG, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes, bem como realizar o cálculo dos indicadores constantes do Anexo III, da IN nº 10/2012-SLTI/MP, correlatos ao tema.

5.1.7 Telefonia móvel

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes à telefonia móvel é do NTI/SR/DPF/MG, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes, bem como realizar o cálculo dos indicadores constantes do Anexo III, da IN nº 10/2012-SLTI/MP, correlatos ao tema.

5.1.8 Vigilância

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes à vigilância é do fiscal dos referidos contratos, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

5.1.9 Limpeza

A responsabilidade pela concentração e configuração das informações atinentes à limpeza é do fiscal dos referidos contratos, que deverá levantar e organizar os dados pertinentes.

5.2 Metodologia de implantação e avaliação do plano

Entende-se que com o estabelecimento do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável e a determinação de encontros periódicos deste grupo, o estabelecimento das ações de capacitação e conscientização, bem como a utilização do normativo balizador (Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012) será possível o acompanhamento e a continuidade das medidas relatadas anteriormente, bem como a avaliação da correta operacionalização dos planos de ação criados a partir do PLS, bem como a proposição de eventuais ajustes julgados necessários a estes planos.

6 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Considerando a importância do tema e a decisiva influência no resultado da participação das pessoas, faz-se necessário o esforço constante, materializado por campanhas periódicas de divulgação e capacitação dos servidores e colaboradores, quanto ao correto uso da coleta seletiva e da importância do consumo consciente, com foco na sustentabilidade.

A Coleta Seletiva, como iniciativa pioneira das ações rumo à sustentabilidade na SR/DPF/MG, teve uma campanha de conscientização e divulgação por ocasião da implantação. A Figura 1 a seguir ilustra um dos cartazes utilizados na campanha de lançamento.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013



Um único dia de trabalho, em um único bairro de uma grande capital proporciona uma quantidade impressionante de material reciclável.

Somos cerca de 300 servidores que produzem aproximados 1000 kilos de material reciclável por mês.

Separe seu lixo e destine-o de forma correta!

Colabore para que nossas áreas comuns não fiquem sobrecarregadas como o carrinho do coletor.

Uma campanha **SELOG/SR/DPF/MG**
Apoio: Superintendência/MG - Gestão 2010



Figura 1 – Cartaz da campanha de lançamento da coleta seletiva

Dando continuidade à conscientização, está sendo planejada a divulgação de nova campanha para 2013, conforme exemplo ilustrativo da Figura 2 a seguir:



Estudos recentes dão conta de que cada indivíduo gera cerca de 1,1kg de lixo por dia, sendo 60% reciclável.

Somos cerca de 300 servidores que produzem aproximados 4300kg de material reciclável por mês.

O uso consciente de recursos naturais e o descarte adequado dos recicláveis são o caminho para um ambiente mais sustentável.

SELOG/SR/DPF/MG



Figura 2 – Cartaz da campanha 2013 da coleta seletiva

Neste diapasão, além da iniciativa de aquisição de copos sustentáveis, cita-se a recente ação de divulgação e conscientização realizada por meio de cartazes fixados nos pontos de retirada e descarte destes copos em toda SR/DPF/MG, tendo sido encaminhado a todas as unidades de Minas Gerais para assim procederem.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

A Figura 3 a seguir ilustra o modelo dos cartazes que foram afixados.

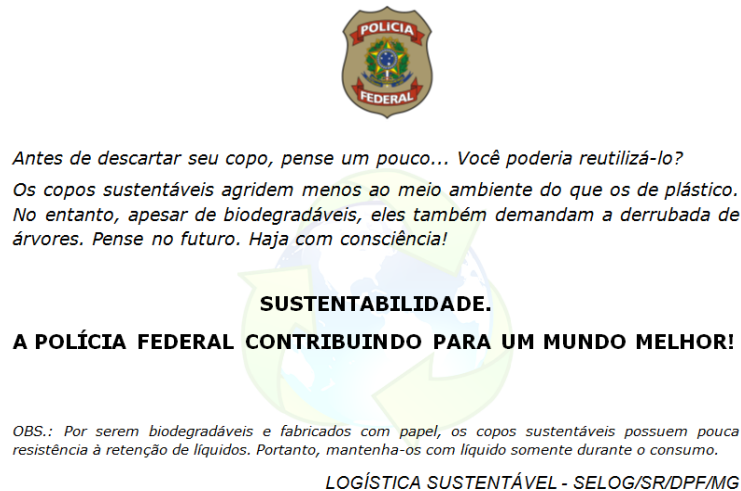


Figura 3 – Modelo de cartaz

Campanha de redução do consumo de copos descartáveis.

De forma similar, e num contexto corporativo nacional, as ações do Programa Carbono Neutro também possuem mídias de divulgação e o empenho dos dirigentes no engajamento do efetivo em prol do sucesso da iniciativa. A mídia de divulgação encontra-se ilustrada pela Figura 4.

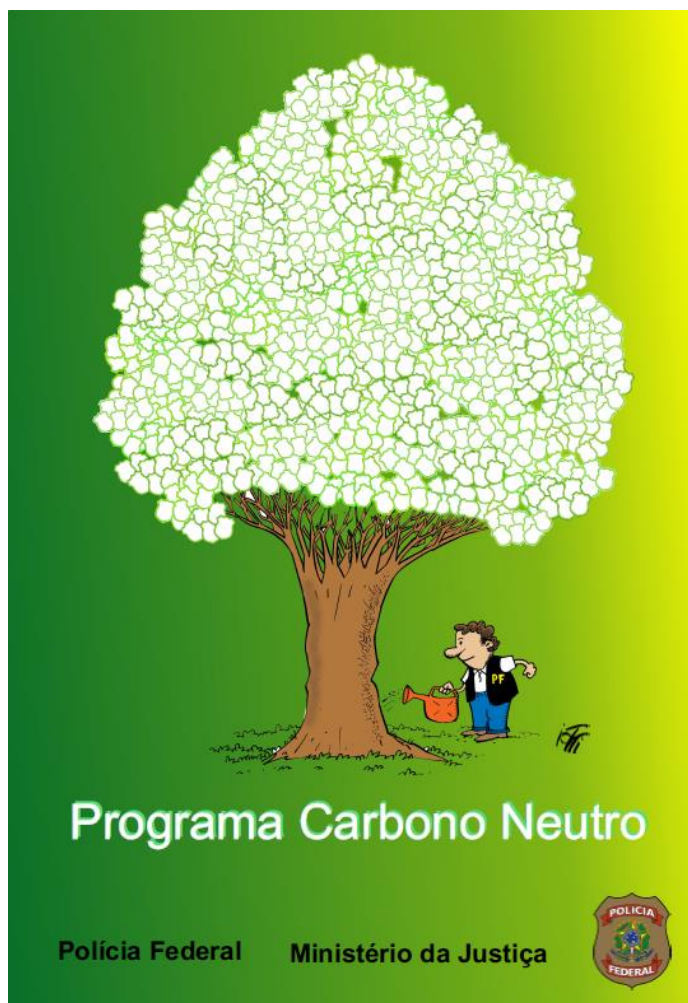


Figura 4 – Cartaz do Programa Carbono Neutro

7 CONCLUSÃO

Frente a todo o exposto, conclui-se que a edição do presente Plano de Logística Sustentável – PLS, bem como a implantação das ações descritas neste documento trata-se de um primeiro passo para busca constante pela sustentabilidade das operações da Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais.

Espera-se que com o tratamento contínuo e avaliação cíclica das ações a qualidade e efetividade das medidas sofrerão significativo incremento.

Entende-se, ainda, que a sistematização das ações, o controle da execução das medidas e o simples fato de se fazer pensar em sustentabilidade, contribuirão decisivamente para a coesão das ações, que, antes descoordenadas, mostravam dispersão de objetivos.